

Três estudos sobre a História da Cidade do Rio Grande

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
JOSÉ VANDERLEI BORBA
LUIZ HENRIQUE TORRES**

75



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



UNIVERSIDADE
AbERTA

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

Três estudos sobre a História da Cidade do Rio Grande





CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
José Vanderlei Borba
Luiz Henrique Torres

Três estudos sobre a História da Cidade do Rio Grande



Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Três estudos sobre a História da Cidade do Rio Grande
- Autores: Francisco das Neves Alves; José Vanderlei Borba e Luiz Henrique Torres
- Coleção Rio-Grandense, 75
- Composição & Paginação dos autores
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2024

ISBN – 978-65-5306-005-0

CAPA: Navegação na Lagoa dos Patos de Hermann Rudolf Wendroth

SUMÁRIO

Fundamentos socioeconômicos e religiosos na gênese do Rio Grande / 11

Francisco das Neves Alves

Naufrágios na Costa Sul-Rio-Grandense (1737-1889): com registros de bases digitais do Reino Unido / 45

José Vanderlei Borba

Repercussões da Guerra Ítalo-Turca na imprensa rio-grandina: o caso de *O Intransigente* / 81

Luiz Henrique Torres

Fundamentos socioeconômicos e religiosos na gênese do Rio Grande

Francisco das Neves Alves^{*}

A edificação da localidade original que viria a dar origem à ocupação portuguesa nas terras do atual Rio Grande do Sul foi caracterizada por uma série de condicionantes demarcada a partir dos esforços dos contingentes humanos deslocados para a região de modo a buscar a legitimação de sua posse. O processo histórico das transições de presídio/povoado à vila e à cidade do Rio Grande transcorreu ao longo de um século prenhe de transformações e significativas instabilidades que converteram a fixação de homens e mulheres na nova colônia em uma verdadeira prova de resistência, perante os obstáculos de ordem natural e as dificuldades

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

resultantes do descaso das autoridades metropolitanas quanto aos destinos de seus súditos nas terras do extremo-sul-brasileiro.

A povoação do Rio Grande de São Pedro esteve inclusa em um processo histórico mais amplo demarcado pelo avanço luso em direção à região platina. A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, a Coroa Portuguesa buscara ativar um importante entreposto comercial que permitisse a colocação de produtos europeus nas colônias hispânicas e delas escoassem metais preciosos. Essas práticas mercantis feriam frontalmente os princípios do pacto colonial e as autoridades espanholas jamais aceitaram aquele ponto de domínio lusitano nas suas terras, tornando-se aquela região um ponto de embate político, estratégico, diplomático e bélico entre as duas nações ibéricas. Nesse contexto, a Colônia do Sacramento, desde a sua criação e ao longo do século XVIII, foi constantemente sitiada, atacada, invadida e destruída pelos espanhóis, para, depois, ser devolvida e reconstruída pelos portugueses, reiniciando o contexto de confrontos.

Esse quadro de disputas era característico da época de transições típica do século XVIII, uma vez que, é particularmente notável a quantidade de mudanças que se efetuaram na época setecentista, fragmentando-se tal centúria em duas partes desiguais, uma primeira, ainda que profusa em guerras dinásticas e coloniais, distinguiu-se particularmente no Ocidente por uma certa continuidade em relação ao desenvolvimento e à paz sociais, já a segunda foi mais explosiva, caracterizada pela Revolução Industrial, o despotismo iluminado e os primórdios daquilo que se convencionaria denominar de

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

era revolucionária¹ que, progressivamente, levaria ao derruir do regime vigente². Assim, continuando os trabalhos começados no século anterior e seguindo os princípios já apresentados e, em certas direções já indicados, o século XVIII preparava e anunciava o mundo contemporâneo, através do desenvolvimento prodigioso das ciências, do avanço dos ideais iluministas, da fé em um progresso contínuo da humanidade e de um certo desprezo pelo passado, envolvendo uma evolução de toda a centúria que levaria a uma revolução³, na qual se defrontariam as forças de movimento e de conservação⁴, traduzindo o embate entre o moderno e o tradicional, o liberalismo e o Antigo Regime.

A conclusão do projeto lusitano de ocupação das terras meridionais do Brasil se daria em fevereiro de 1737, com a fundação do presídio do qual se originaria o povoado, depois vila e, mais tarde, cidade do Rio Grande. A edificação de tal intento não foi uma empreitada simples. Fundamentalmente, o conceito de *uti possidetis* começava a ganhar corpo, ou seja, a posse

¹ RUDÉ, Geogres. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 9.

² RÉMOND. René. *O Antigo Regime e a Revolução (1750-1815)*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 104-113.

³ MOUSNIER, Roland & LABROUSSE, Ernest. O século XVIII – o último século do Antigo Regime. In: CROUZET, M. (dir). *História geral das civilizações*. Tomo V. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. p. 9-10.

⁴ MOUSNIER, Roland & LABROUSSE, Ernest. O século XVIII – a sociedade do século XVIII perante a Revolução. In: CROUZET, M. (dir). *História geral das civilizações*. Tomo V. Vol. II. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. p. 5.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

de um território passaria a ser legitimada pela ocupação humana no mesmo. Nesse sentido, a Coroa Lusa teve de empreender um esforço para ocupar as terras sulinas, deslocando populações para aquela região onde pretendia garantir a conquista. A partir daí, diversos contingentes populacionais foram enviados para o Rio Grande, passando a enfrentar uma série de obstáculos e intempéries que caracterizaram a fundação social da porção mais meridional da América Portuguesa.

A ocupação das terras que ficavam entre Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia do Sacramento foi um projeto cogitado várias vezes, de modo a criar um baluarte estrategicamente melhor colocado na defesa da povoação lusa no Prata, bem como de aproveitar as potencialidades econômicas dessas terras sulinas. Nesse sentido, várias narrativas se referiram à incorporação de tal território ao império lusitano na América. Foi o caso de Manuel Jordão da Silva, aventureiro português que, ao final do século XVII, fez propostas ao rei de incumbir-se da colonização naquela região meridional, propondo-se a povoar o Rio Grande, considerado como a “terra de promissão”⁵. Já em 1703, Domingos da Filgueira elaborou um roteiro de como viajar por terra de Laguna até Sacramento, no qual enaltecia a quantidade de caça

⁵ Citado por BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, v. 2, p. 1280.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

existente naquelas terras, garantindo uma jornada rica em carne e sem o risco da fome⁶.

Pouco depois, ainda nos primórdios dos Setecentos, o militar português Francisco Ribeiro afirmava que naquelas terras, pela grandeza, comodidade, riqueza e fertilidade, se poderia fazer um reino muito maior que o de Portugal, destacando a excessiva quantidade de gado e dando instruções para o estabelecimento das fortificações e das povoações, além de indicar a conveniência do envio de moradores para a prática da agricultura⁷. Mais tarde, em 1721, o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar considerou o Rio Grande como a melhor terra do Brasil, enfatizando a quantidade de gado, de caça e de pesca, onde seria conveniente fazer uma povoação para dar socorro à Colônia do Sacramento, embora houvesse dificuldades no acesso marítimo pela instabilidade da barra⁸. Além desses, vários outros projetos se referiam às riquezas do Rio Grande e à necessidade de povoá-lo, como forma de garantir a posse daquele território na fronteira com as possessões hispânicas. Levando em conta tais potencialidades econômicas e o valor estratégico da região, a Coroa Lusa determinou a ocupação oficial daquelas terras, ato demarcado a partir da expedição

⁶ Citado por CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 51.

⁷ Citado por CESAR, 1998, p. 53-58.

⁸ Citado por BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 1, p. 18.

chefeada por José da Silva Paes, estabelecendo o marco inicial em fevereiro de 1737.

Nessa linha, se passara da planificação à concretude. Para as autoridades metropolitanas e coloniais o fundamental era o estabelecimento de um ponto estratégico em terras sul-rio-grandenses, nas proximidades da barra do Rio Grande, única entrada possível, embora inconstante, ao longo da faixa litorânea. A questão essencial era implantar um sistema de fortificações para a defesa daquele território em litígio e, posteriormente, aproveitar as potencialidades econômicas. Para promover a consolidação colonial e legitimar a posse, tornava-se necessário também o deslocamento de um contingente humano para a região. As condições de existência naquela novel colônia eram, entretanto, as mais difíceis, sendo oferecido um significativo manancial de dificuldades que homens e mulheres para lá enviados tiveram de enfrentar, contrastando com as visões paradisíacas presentes nas narrativas dos cronistas anteriores a 1737.

Naquela região de alto litígio, a posição do futuro povoado seria escolhida com base na estratégia militar, dando-se os passos iniciais para a fundação do Rio Grande, ocorrida a 19 de fevereiro de 1737. Nessa data, ali se encontravam a expedição oficial e militar, que veio para o sul com uma função atinente à sua própria formação, quer seja, a fortificação da nova conquista, com os indivíduos vinculados às lides campeiras de apresamento de gado para levá-lo às zonas consumidoras, conhecedores da região, de suas riquezas e riscos. Os primeiros passos na colonização do Rio Grande muito claramente não foram efetivados somente por tais contingentes, e sim pelo agrupamento social que

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

ali se formou, entretanto eles representaram muito a contento, respectivamente, os dois pressupostos básicos que justificariam a incorporação do Rio Grande ao modelo colonial português, ou seja, o socioeconômico, com a exploração das riquezas em potencial da região, e o estratégico, em função de a nova conquista atuar como anteparo em relação à sempre ameaçada Colônia do Sacramento. Esse simbólico encontro se daria exatamente ali, na intersecção entre as águas e a terra, no local que viria a constituir o porto do Rio Grande.

Ainda no primeiro ano da ocupação, para a execução do projeto de construção do complexo militar, que era urgente, a única mão de obra disponível eram os soldados, os poucos paisanos que acompanhavam a expedição e alguns escravos dos oficiais. Além das demais dificuldades, havia também o risco das hostilidades de parte dos indígenas. Nessa época, os soldados viviam miseráveis de roupas, correndo o risco de andarem nus, pois seus uniformes se acabavam nas fainas incessantes por pântanos e alagadiços. A alimentação chegou a ser racionada, consistindo essencialmente em porções de carne, pois o isolamento se agravara, com a obstrução da barra. O quadro de miséria se intensificava, faltando farinha, azeites, vinagres e roupas, passando mal os soldados, pela falta de vestimenta e alimentação inadequada diante das tantas intempéries. Assim, os soldados se deparavam com o isolamento, a solidão e o duro regime de trabalho, enquanto lutavam com as próprias forças para sobreviver às doenças, ao frio e à fome, tendo ainda de

enfrentar a repressão dos comandantes, que buscavam a todo custo manter a ordem e evitar as deserções⁹.

Dava-se então uma contradição entre o projeto militar e de aproveitamento das potencialidades econômicas e a alocação de um contingente humano na recém-fundada colônia. Tal perspectiva ficava bem expressa na correspondência enviada por André Ribeiro Coutinho, comandante militar que substituiu o fundador Silva Paes, na qual ele definia a região conquistada como a “terra dos muitos”, pois, se havia muito gado, peixes, aves, frutas, hortaliças, madeiras; por outro lado, existia muito inseto, chuva, vento, frio, trovão, e, acima de tudo, muito trabalho, bem como muita falta de tudo o mais para vida e para o luxo¹⁰. Nesse contexto, o que acabava por prevalecer era o quadro de precariedade, pois, se os fatores positivos dependiam da sazonalidade e dos recursos de exploração, os negativos eram bem mais constantes e efetivos.

Desde os primórdios do planejamento da ocupação lusa na região do Rio Grande, aparecia o epíteto “barra diabólica” quando em referência às dificuldades de acesso do litoral rio-grandense-do-sul¹¹. Tal questão gerava preocupações nos momentos imediatos que antecederam a expedição fundadora da colônia lusa, tanto que em 1736 foram feitas demoradas

⁹ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*: Ed. da FURG, 1987. p. 50-53.

¹⁰ Citado por CESAR, 1998, p. 94-95.

¹¹ SPALDING, Walter. *La Barra del Rio Grande y la Laguna de los Patos*. In: AGUIAR, José; SPALDING, Walter. *El sistema lacustre sud-riograndense oriental*. Montevideo: Imprenta Militar, 1939. p. 11.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

sondagens na barra, chegando a haver o envio antecipado de emissários encarregados de estudá-la e executar um mapa¹². As instruções reais recebidas pela expedição oficial de 1737, liderada pelo brigadeiro José da Silva Paes, já deixavam bem evidenciada a questão estratégica no controle daquela faixa litorânea, ao determinar a relevância de assegurar a “Baía do Rio de São Pedro” e campanhas circunvizinhas do perigo a que estavam expostas da cobiça hispânica. Preocupado com essa preciosa segurança, entrou o fundador com maior atividade e cuidado a fortificar o porto e edificar a primeira fortaleza. Também dedicando atenção à orientação dos navegantes, Paes mandou levantar nos pontais da barra dois madeiros de extraordinária grandeza, com cata-ventos nos remates para conhecimento dos rumos, buscando facilitar com essas balizas o perigoso e quotidiano ingresso das embarcações ligeiras, evitando-se por esse modo o naufrágio e precipício que ameaçavam os grandes parcéis, os quais, antes das singulares metas, intimidavam ainda aos mais práticos pilotos daquela costa¹³.

Após a fundação, Silva Paes, tomando os devidos cuidados com a navegação, contratou em Santa Catarina um especialista em sondagens, para trabalhar na qualidade de patrão-mor da barra do Rio Grande de São Pedro, intentando também melhorar essa via, sempre

¹² PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944. p. 283.

¹³ BARRETO, Abeillard. A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 2, t. 2, p. 9, 13, 33, 37, 1979.

julgada impraticável¹⁴. Já nos primeiros meses da ocupação, o isolamento do novo povoado ficava evidente, chegando o próprio Silva Paes a relatar a impossibilidade de comunicação com qualquer outra povoação, fosse por terra ou por via marítima, devido ao fechamento da barra¹⁵. As dificuldades de acesso, no entanto, continuaram a assolar os povoadores, que, além de se verem isolados pelas condições físicas da região, também foram abandonados em muitos momentos pela administração metropolitana. Não foram fáceis os primeiros tempos desses pioneiros, que, além do isolamento, tiveram de enfrentar o furor das intempéries, a falta de melhores condições urbanas, o afastamento de núcleos coloniais mais próximos e o constante temor do inimigo hispânico, que era uma ameaça premente naquelas fronteiras móveis e ainda por definir.

Apesar de tantos óbices, a povoação viria a se desenvolver, agregando-se aos soldados novas levas populacionais, notadamente com a chegada de algumas mulheres, fator essencial para a fixação humana. Os governantes prometiam que os colonos seriam mantidos com remessas de farinha, grãos, cabeças de gado vacum, ferramentas, sal e cal, no intento de fixar os povoadores ao solo, desenvolver a agricultura e a pecuária e evitar a dependência do abastecimento externo. Mas tal objetivo não foi alcançado no curto prazo, continuando o provimento do povoado precário e oneroso e dependente do fornecimento externo por vários anos. Até mesmo o gado, uma das riquezas da região,

¹⁴ PIMENTEL, 1944. p. 283.

¹⁵ QUEIROZ, 1987. p. 41-42.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

começou a diminuir, mormente por causa da escassez e má qualidade dos pastos¹⁶.

Nesse sentido, em tal sociedade, viver o dia-a-dia já era uma aventura e a incapacidade das coisas com que contavam era notória, uma vez que suas moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé. E havia a falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia e, às vezes, levava anos para chegar¹⁷. Essa penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa que prometera aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária à sua manutenção, e até mesmo, em alguns casos, a distribuição de terras, o que só ocorreria concretamente no caso dos militares de alta patente. Assim, a chegada ao Rio Grande, para alguns, poderia ser uma oportunidade de ascensão socioeconômica, notadamente no caso dos militares superiores e dos comerciantes, muito interessados nas possibilidades mercantis com as proximidades em relação ao Prata, mas, para a maioria dos soldados, era uma empreitada árdua, da qual, em grande parte dos casos, eles prefeririam evitar ou ver o seu período de

¹⁶ QUEIROZ, 1897, p. 62-64.

¹⁷ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: *economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 11.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

serviço nas novas terras passar o mais brevemente possível¹⁸.

Foi tal contexto de amplo descontentamento que deu origem à Revolta dos Dragões. Revoltados pelos maus tratos, a falta de soldos, alimentação e uniformes, os soldados derrubaram os seus superiores e assumiram os lugares deles, mantendo, entretanto, a autoridade governamental em seu posto e a rotina de funcionamento do povoado. Nem mesmo uma das poucas vantagens oferecidas pelo ambiente costeiro podia ser usufruída pelos militares, que reivindicavam a possibilidade de dispor de canoas para, nos seus dias de folga, ir à pesca e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças, o que lhes era negado pelo grande medo que as autoridades tinham de uma possível deserção. Tal situação chegou a provocar o retorno de Silva Paes à povoação, para tentar aplacar o movimento, que resistiu, e só depois da chegada de uma embarcação com parte dos mantimentos e pagamentos foi que o fundador conseguiu debelar a revolta. Os rebeldes foram perdoados, por total falta de condições de puni-los e, principalmente, de substituí-los naquela remota colônia. Os dilemas daquela recém-criada localidade vinham,

¹⁸ ALVES, Francisco das Neves. A fundação social do Rio Grande. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique & NEETZOW, Anselmo Alves. *A conjuntura história da fundação do Rio Grande*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2017. p. 51-56.; ALVES, Francisco das Neves. *Ensaios acerca da incorporação da porção extremo-meridional da América Portuguesa no século XVIII – processo histórico e reminiscências*. Lisboa; Rio Grande: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII; Biblioteca Rio-Grandense, 2021. p. 113-122.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

assim, a lume, através desse movimento de cunho social que agitou a jovem comuna portuária. A Revolta dos Dragões constituiu um momento de inflexão na ocupação lusa nas terras sul-rio-grandenses, pois alguns rebeldes mais renitentes teriam chegado a pensar em cambiar de lado, o que, se viesse a ser confirmado, diante da instabilidade das fronteiras, poderia trazer consigo o fracasso do projeto luso. Tal possibilidade não veio a se confirmar. Ainda que penosamente, os colonos e militares continuaram a garantir com a sua presença a posse do território recém-conquistado.

As autoridades hispano-americanas permaneciam à espreita e não aceitavam a presença do denominado “pomo da discórdia”, a Colônia do Sacramento, encravada bem à saída do Rio da Prata, de modo que mais uma invasão viria a ocorrer. Os espanhóis, dessa vez, demonstrando a clara percepção do significado geoestratégico da ocupação lusitana no Rio Grande, promoveriam uma expansão ainda mais acentuada. Um dos maiores temores da jovem povoação viria a se confirmar com a invasão hispânica, em 1763. O pânico generalizado deu cores aos acontecimentos e, mesmo antes da chegada dos espanhóis, os luso-brasileiros, que fugiam da fronteira extremo-sul, trouxeram consigo as más novas, a balbúrdia e a destruição. Em vista do clima de desespero, saques, depredações e violência generalizada espalharam-se pelo povoado. Cada um daqueles que teve condições fugiu da forma que pôde. As embarcações saíam abarrotadas de pessoas. Alguns com menor sorte afogavam-se na tentativa desesperada de fuga. Iniciava-se um processo histórico que duraria quase década e meia e que significaria um refluxo no projeto português

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

de ocupar o Rio Grande do Sul, ficando a fronteira lusa delimitada à pequena faixa daquelas terras e deslocando-se o centro administrativo do Rio Grande para Porto Alegre¹⁹.

Falhas administrativas e militares de toda ordem de parte dos luso-brasileiros facilitariam a invasão dos espanhóis. Restabelecida a paz na Europa, as autoridades hispano-americanas, sabedoras da importância estratégica da região, insistiriam em manter as recentes conquistas, argumentando que as duas margens do Rio Grande de São Pedro não deveriam ser devolvidas, importando a sua conservação para que continuassem privativamente espanholas a entrada e a saída do Porto. Nesse sentido, os espanhóis propunham-se a colocar forças suficientes no Rio Grande para manter sua posse e inteiro domínio, sem permitir ali nem mesmo a navegação aos portugueses, e, negando o uso comum da barra, resguardavam-na e reclamavam contra a presença de embarcações lusitanas. As disputas das nações ibéricas por aquelas terras ao sul do Brasil passaram por planejamentos, escaramuças e preparações para a guerra, calcadas em significativa parte no controle naval da região²⁰. A recuperação daquelas terras exigiu um redobrado esforço estratégico-militar dos luso-brasileiros, envolvendo guarnições, material bélico e

¹⁹ ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008. v. 1 p. 26-29.

²⁰ BARRETO, Abeillard. Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil (1741-1774). *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 2, t. 2, p. 166, 171, 185, 188, 191-213, 1979.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

belonaves. Finalmente o Rio Grande viria a ser reconquistado, em 1776, com a expulsão dos espanhóis. Esse momento decisivo para a legitimação de um Rio Grande do Sul português ainda correria sério risco quando, em seguida, os hispano-americanos invadiram mais uma vez a Colônia do Sacramento e pretendiam expandir-se novamente em direção ao Rio Grande, só não o fazendo dada a impossibilidade de cruzar a barra com navios de maior porte²¹. Se o difícil acesso fora sempre um obstáculo à evolução da urbe, ao menos do ponto de vista geoestratégico teve seu valor na manutenção da posse lusitana.

A invasão espanhola constituiu um dos episódios mais marcantes que demonstraram o quão difícil foi a fixação humana na região sulina. Ainda que algumas providências tenham sido tomadas e o contingente populacional crescido, e certa estrutura urbana implantada, muitas das dificuldades originais continuaram a se fazer sentir, notadamente por causa das precariedades em torno do acesso marítimo pela barra do Rio Grande e pela continuidade da presença tão próxima dos adversários hispânicos. Assim, a conquista das terras do Brasil meridional, ao longo do século XVIII, em muito se deveu aos sacrifícios e à ação dos soldados e colonos, enfrentando toda a espécie de obstáculos e intempéries. Essa dicotomia entre os projetos coloniais e a dura realidade enfrentada pelos colonizadores bem ficava evidenciada nos versos publicados por um “J. M.

²¹ BARRETO, Abeillard. A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 2, t. 2, p. 217-300, 1979.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

P. S. da cidade do Porto”²², já nos primórdios da centúria seguinte. Eles davam uma tênue e até jocosa ideia de quantos óbices se interpuseram à fundação social do Rio Grande:

Tetos de erva, paredes de pântano,
Nome de vila e construção d’aldeia,
Quase coberta da volante areia
Dos combros que aqui crescem todo ano:

Brisas de vento leste e *minuano*,
De moscas, pulgas, bichos é bem cheia;
Não sei quem tanto inseto aqui semeia
Para causar às gentes nojo e dano!

De pé um diminuto batalhão,
De cavalo os dragões mais esforçados,
De voluntários uma legião.
Dizem que há nos campos muitos gados;
Esta é do Rio Grande a habitação
Onde purgando estou os meus pecados.

Em meio aos fenômenos socioeconômicos que marcaram a fundação do Rio Grande, a questão religiosa e, além dela própria, a edificação dos templos e o papel que os mesmos à época possuíam em termos de sociabilidade, constituíram fatores fundamentais para a fixação humana na região. A própria ocupação do território sul-rio-grandense foi antecedida pela organização religiosa, sendo ali criada uma freguesia por Provisão de 6 de agosto de 1736, portanto sete meses

²² Citado por CESAR, 1998, p. 160-161.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

antes de Silva Paes fundar o presídio do Rio Grande²³. Surgia assim a paróquia pioneira do Rio Grande, a qual foi de suma importância para a fixação e expansão da Igreja no chamado Continente do Sul. Estabelecida naquele ano, ela seria efetivada a 28 de abril de 1738 e, por muitos anos foi a única paróquia do sul, abrangendo enorme extensão, pois se estendia por 100 léguas de comprido e 80 de largo, até Viamão²⁴. O forte que demarcaria a ocupação portuguesa no sul foi edificado com uma ermida²⁵ que receberia a invocação de Jesus-Maria-José e, improvisando-se local adequado, ainda a 2 de março de 1737, foi officiada a primeira missa no Rio Grande, celebrada pelo padre Jerônimo Ferreira, capelão do séquito de José da Silva Paes. Essa missa original foi rezada diante do painel da Sagrada Família, da qual

²³ SPALDING, Walter. *A Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul - Freguesias, Vigararias, Curatos e Varas da fundação do Rio Grande à República.* In: Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de Geografia e História. Porto Alegre: Globo, 1940. v. 1. p. 13.

²⁴ RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul (época colonial - 1626-1822).* v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 59-61.

²⁵ Dentre as determinações reais para nortear a ocupação, ficava expressa a necessidade de criação de uma infraestrutura, ainda que de pequena monta, para a realização das atividades de cunho religioso. Cfe.: Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro Silva Paes. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1949. p. 5-6.; e BECKER, Klaus et alii. *A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912.* In: *Encyclopédia rio-grandense.* Canoas: Ed. Regional, 1956. v. 2. p. 7.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Silva Paes era muito devoto, ocasião em que propôs como padroeiros Jesus, Maria, José²⁶.

Nesse sentido, no jovem povoado, a cruz e a espada atuavam lado a lado no intento de consolidar a conquista. Junto dos fortes foram também erigidas capelas, caso da já citada Jesus, Maria e José e a de Santana. As precariedades que marcavam a vida no Rio Grande de então não deixariam de se abater sobre os templos que sofreram constantemente com a ação das intempéries, surgindo exaustivos trabalhos de manutenção e reparos. Nessa época, foram ainda erguidas duas pequenas capelas, uma dedicada à Nossa Senhora do Rosário e outra à Nossa Senhora da Lapa. Em 16 de junho de 1738, foi realizado, pelo padre José Carlos da Silva, o primeiro batizado do presídio, na ermida de Jesus, Maria, José, a qual foi erigida em matriz, a 25 de janeiro de 1740. Tendo em vista consertos nesta igreja, a matriz foi deslocada para a capela do Rosário entre outubro de 1741 e julho de 1743, quando voltaria para a ermida de Jesus, Maria, José até agosto de 1755²⁷.

O cotidiano dos colonizadores era dos mais árduos, entregues aos pesados afazeres de todos os dias,

²⁶ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1937. Ano XXIV. Nº 43. p. 2.; RUBERT. p. 56.

²⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1937. Ano XXIV. Nº 36. p. 13.; FONTOURA, Edgar Braga da. *Sinopse da História do Rio Grande: 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG, 1985. p. 71.; ROCHA, Daoiz de la. *Catedral de São Pedro*. Rio Grande: s/editora, 2004. p. 3.; e HAFKEMEYER, J.B. A primitiva igreja do Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano IX. Trimestre III. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1929. p. 317.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

envoltos por clima e terreno hostis e enfrentando as carências generalizadas advindas da mínima estruturação de um sítio urbano. Além disso, várias das promessas realizadas pela Coroa no que tange à infraestrutura não se faziam cumprir, ficando os habitantes do povoado muitas vezes entregues à própria sorte em suas tarefas de ocupar e defender o território. A população em geral se via pouco guarnevida de recursos e o atraso era a palavra-chave de parte das autoridades governamentais no fornecimento de gêneros alimentícios, remunerações, vestuário, entre outros artigos de urgente necessidade. Nesse ambiente, por vezes, a Igreja assumiria o papel de força reivindicatória, caso da ação do padre José Carlos da Silva, primeiro pároco da povoação, que, em 1738, tomou a defesa dos soldados que há dez meses não recebiam seu soldo, andava seminus, havendo guarnições que não recebiam farinha e nem se davam aos casais as rações devidas porque o Comissário era “homem de negócios”. Além do envio de correspondência reclamando da situação, o padre teria utilizada até mesmo o púlpito para promover críticas aos responsáveis pelas desordens²⁸.

A inclemência das intempéries e as precariedades de toda ordem também faziam sentir seus indeléveis efeitos junto aos templos. As obras para refazer os estragos eram constantes e, em 1750, os problemas agravaram-se devido à queda de um raio sobre a fortaleza, atingindo pequeno paiol e provocando a explosão de barris de pólvora. O conserto dos danos que atingiram à igreja apenas serviu para remediar a situação. O vigário Manoel Francisco da Silva

²⁸ RUBERT. p. 62.

defrontava-se com as dificuldades oriundas do mau estado da Matriz de Jesus-Maria-José e, também, da sua localização, pois o povoado se formara a certa distância da ermida e a ela se ligava por uma rua, a primeira aberta no Rio Grande, que fora traçada sobre um terreno de areia fina, tornando penoso o acesso dos fiéis às atividades promovidas na igreja²⁹.

A situação do povoado entranhado nas terras sulinas iria passar por algumas transformações a partir do final da década de quarenta, em um processo que culminaria com a assinatura do Tratado de Madri, o qual parecia finalmente eliminar a constante crise entre as Coroas Ibéricas, previsão que não se confirmaria no futuro. Nessa época, a povoação do Rio Grande seria elevada à categoria de vila e teria papel destacado, como centro administrativo no sul, nas atividades de demarcação das fronteiras. Foi nessa conjuntura que ocorreu a gênese da edificação da Igreja de São Pedro, notadamente a partir da presença do representante da Coroa, Gomes Freire de Andrade, em terras riograndinas. Durante a permanência da autoridade lusa, o padre Manoel Francisco da Silva tratou de colocá-lo a par das dificuldades enfrentadas em seus misteres, começando os entendimentos em torno do erguimento de um novo templo. As reivindicações do pároco encontraram boa acolhida junto a Gomes Freire que prometeu apoio oficial, lançando-se, a 25 de agosto de 1754, a pedra fundamental de uma igreja a ser construída no centro do povoado. O deslocamento do general português pelas terras gaúchas atrasaria os planos da edificação e, quando de seu retorno ao Rio

²⁹ ROCHA. p. 3-4.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Grande, as dificuldades sempre crescentes já tinham atingindo um nível insuportável, diante do que sugeriu ao vigário que encaminhasse seus rogos por escrito³⁰. O padre Manoel Francisco da Silva correspondeu à indicação do comandante lusitano e realizou missiva na qual fazia verdadeira exposição de motivos acerca das penúrias até então enfrentadas³¹.

³⁰ ROCHA. p. 4.

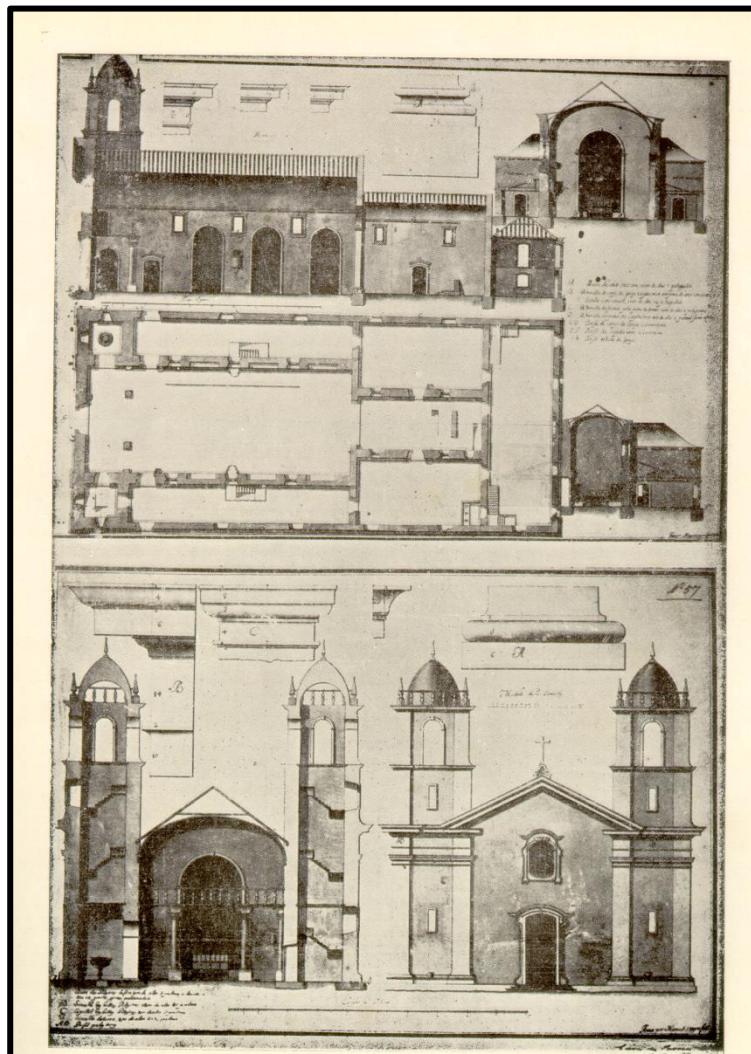
³¹ A respeito desta correspondência, Abeillard Barreto cita: Em carta de 28 de julho de 1755, o vigário do Rio Grande, Manoel Francisco da Silva, dirigiu-se a Gomes Freire, expondo “o miserável estado da matriz” daquela povoação, que “a 25 de janeiro do ano de 1750, caindo um raio em um armazém de pólvora, que estava junto desta matriz, a deixou totalmente demolida e arruinada, e no mesmo tempo e sítio se reedificou outra vez a capela-mor com quatro pilares de tijolo para aí se dizer missa ao povo. Mas, pela pouca firmeza da reedificação, e pela continuada invasão das areias e tempestades deste ano, se tem posto aquele sítio indecente, incapaz e indigno de se poder conservar ali o templo de Deus e tanto assim que na noite de 25 para 26 deste mês, em que houve a rigorosa tormenta e tempestade que V. Exa. muito bem viu, e presenciou, indo eu para dizer missa ao povo, o não pude conseguir, porque achei a porta coberta de areia até o meio, e entrando para dentro com muito trabalho, vi a dita capela alagada de areia e água, molhados e destruídos os ornamentos, e tudo o mais que estava. E indo ao outro dia, que era domingo, para dizer missa, o não pude também conseguir pela muita e continuada areia que vertia do telhado, e nestes termos ordenei ao povo fosse ouvir missa à capelinha da Lapa, aonde lha fui dizer. E entrando na consideração de trasladar o Santíssimo Sacramento para outra igreja, vejo a não há no Rio Grande; porque ainda que há a tal capelinha da Lapa, e a da Senhora Santana, nem para esta, por esta meia

Buscando atender a demanda do vigário, Gomes Freire de Andrada reuniu alguns dos especialistas que integravam sua expedição e, diante do diagnóstico, informou às autoridades metropolitanas que passara com os engenheiros a ver o que se poderia remediar, ao que eles concluíram que aquela que estava servindo de igreja de nada servia, e custaria mais o remédio que a nova obra, levando em conta também a distância que estava o povoado do templo. O general resolveu então aproveitar os peões ou serventes da expedição, os alvenéus (quatro) e os carpinteiros (oito) e, com eles, deu princípio a uma nova igreja, aproveitando os salários dessa gente, e a pedra, tijolo e cal que se juntara para fazer a residência do governador. Afirmava o comandante luso que era mais certo e necessário acudir a reverência do Santíssimo Sacramento, ajustando com o vigário e o povo dar-lhes a capela-mor e a frontaria, enquanto ao povo caberia fazer o corpo da igreja³².

légua distante da povoação, nem para aquela, por ser toda de madeira, muito pequena, estar arruinada e indecente, como a V. Exa. é manifesto o devo fazer". E pede, por fim, o ativo prelado - provavelmente combinado com Gomes Freire - que este "dê remédio a tão grande necessidade, mando edificar nova matriz... a custa da Real Fazenda, e em sítio mais decente...". BARRETO, 1973. v. 1. p. 47.

³² Citado por BARRETO, 1973. v. 1. p. 48.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO
GRANDE



- Projeto para a construção da Matriz de São Pedro de autoria
Manoel Vieira Leão (BARRETO, 1976, v. 2, p. 804) -

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Nascia a mais antiga igreja do Rio Grande do Sul, através da ação conjunta da população, das autoridades, dos funcionários e dos engenheiros que acompanhavam Gomes Freire no Rio Grande, que eram o Coronel Miguel Ângelo de Blasco, o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, o Sargento-Mor Luis Manoel de Azevedo Carneiro e Cunha e o Tenente Manoel Vieira Leão, responsável este pela planta do novo templo³³. No frontispício da igreja seria colocada laje de mármore cujo conteúdo seria reproduzido à extenuação pelos escritores que narraram os acontecimentos de então e que serviria como testemunho histórico à posteridade: - Reinando El Rey D. Joze, e sendo Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro, e Minas Gerais o Illustríssimo e Excellentíssimo Gomes Freire de Andrade do seu Conselho M. de Campo General dos seus Exércitos mandou fazer esta Igreja no tempo que conferio, e executou desta parte como principal comissário do mesmo Rey e Senhora divisão das duas Monarchias. Rio Grande de S. Pedro, XXV de Agosto do ano de MDCCCLV³⁴.

A pequena vila formada por residências em sua maioria ainda pouco estruturadas, com a edificação da nova Matriz alcançava um ponto fundamental em seu, ainda incipiente, processo de urbanização. Enraizada no centro da recente povoação, a igreja passaria a exercer um papel preponderante como foco irradiador e elemento de concentração de sociabilidade no seio da

³³ BARRETO, 1973. v. 1. p. 48. e BARRETO, 1976. v. 2. p. 803-804.

³⁴ RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1937. Ano XXIV. N° 36. p. 13.; e FONTOURA, 1985. p. 80.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

comunidade rio-grandina. O templo constituía uma obra vultuosa para o tempo³⁵ e, principalmente para o lugar, de modo que a Matriz de São Pedro pela imponência que, para a época, apresentava, era referenciada pelo conjunto da população pela denominação de “catedral” e foi no seu derredor que se foi aninhando a vila e dentro de suas paredes reuniam-se aqueles que tinham de enfrentar, na guerra ou na paz, as agruras daqueles difíceis tempos³⁶.

No alvorecer do Rio Grande do Sul, a função social das igrejas não se delimitava ao cotidiano religioso, pois em redor delas cresceram os núcleos, as vilas e cidades. Um dos primeiros cuidados do vigário era naturalmente a administração dos sacramentos, concentrando-se nos templos, aos domingos e nos dias de festas, os homens e mulheres que compunham a gênese da sociedade gaúcha. Além disso, quando faltavam os arcabouços judiciários, o sacerdote tinha ao seu cuidado todas as necessidades de seus paroquianos, de modo que, em desavenças, recorriam a ele, levando queixas em relação a possíveis contravenções. A Igreja atuava, assim, na sustentação dos costumes, levava instrução à comunidade e divulgava os atos governamentais e clericais entre os paroquianos³⁷.

O espírito de conciliação que norteara a assinatura do Tratado de Madri não perduraria e, em seguida, Portugal e Espanha, mais uma vez, se

³⁵ FONTOURA, 1985. p. 80.

³⁶ MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – coisas e fatos da Cidade, por Anteiro. Recortes de jornais – acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

³⁷ HAFKEMEYER. p. 322-324 e 338-339.

colocariam em posições antagônicas, advindo daí a invasão espanhola. A Matriz de São Pedro também sofreria fortes sequelas a partir da invasão hispânica, fosse pela ação do invasor, fosse pelo espírito de terror que antecedeu a própria invasão. Quando chegou à vila a notícia de que os espanhóis haviam ultrapassado Castilhos, na fronteira, o pânico generalizou-se entre a população, o que se agravou com a chegada dos soldados do sul, originando um ambiente de desespero, confusão e desordem absoluta. Uns queriam resguardar-se, outros fugirem e, outros ainda depredarem e dilapidarem o que achassem pelo caminho, em nome de uma política da terra arrasada, alguns chegaram a aproveitar-se do mal-estar reinante em benefício próprio. Ao desmoronar a resistência lusa no extremo-meridional, cambaleavam e morriam as esperanças, avassalando os espíritos e contaminando a todos com o medo geral da avalanche espanhola. Com isso, desencadeou-se o saque do comércio e das casas abandonadas, não escapando nem mesmo a Matriz, cujas alfaias eram levadas por soldados e paisanos, irmanados no apanhar o que pudesse, bem como os armazéns reais eram arrombados, indo de roldão a Tesouraria, em um quadro em que a onda saqueadora nada queria deixar para os invasores³⁸.

³⁸ MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1776). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar, 1979. v. 4. p. 101-104.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

As responsabilidades quanto a este tenso ambiente promovido pelos próprios luso-brasileiros, ainda antes da chegada dos invasores estrangeiros seriam apreciadas através do estabelecimento de um processo judicial, conhecido como a *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhana*³⁹, no qual foi ouvido grande número de testemunhas no sentido da apuração de possíveis culpados. Dentre as questões entabuladas nos interrogatórios que compunham a *Devassa*, aparecia uma específica a respeito da Matriz. A pergunta era a décima e questionava: Se depois da derrota de Castilhos e estar com esta notícia a Vila do Rio Grande em confusão, os soldados que daquela escaparam ou outra alguma pessoa cometiveram roubos na dita Vila, especialmente nos templos tirando deles as imagens, vasos sagrados, ornamentos ou outras algumas alfaias dedicadas a Deus e aos seus santos , quem foram as ditas pessoas e que uso fizeram das ditas cousas? Diante do interrogatório, surgiram variadas versões, a maior parte convergente entre si, de modo que quase todas levavam à ideia de que o ambiente geral de conturbação atingira a Matriz, que foi conspurcada pela turba desnorteada.

Os depoimentos com referências à Matriz de São Pedro, destacados da *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhana* apresentaram como característica comum o fato de que as informações prestadas, em sua maioria, foram obtidas indiretamente, quer seja, os testemunhos foram realizados “por ouvir dizer”, ou ainda “por ser público e notório”. Além disso,

³⁹ DEVASSA sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

foram pouquíssimos os nomes de possíveis implicados e, quando apareciam, se referiam a militares de baixa patente, ou a pessoas em geral humildes. As imprecisões não desmentiam, no entanto que o ambiente criado foi traumático, a partir das desordens advindas do desespero de soldados e população em geral que fugiam do inimigo que batia às portas. Nesse clima de pavor coletivo, em nome de deixar-se o menos possível para o invasor, foram cometidas certas atrocidades contra o patrimônio público e privado e, nessa conjuntura, a igreja também sofreria revezes, dilapidando-se vários de seus utensílios sacros, alguns deles recuperados com o tempo, outros perdidos no burburinho dos acontecimentos.

Os treze anos de domínio hispânico trouxeram consequências severas para a comunidade rio-grandina, através dos retrocessos socioeconômicos e urbanísticos e, mormente, com a perda do caráter de centro administrativo das terras do sul. A Matriz de São Pedro, além da dilapidação promovida pelos próprios luso-brasileiros, também sofreria perdas a partir da presença dos espanhóis. Tornou-se o templo também uma presa de guerra, utilizado como hospital e despojado de vários objetos de culto⁴⁰. D. Pedro de Cevallos, o governante hispânico à época da tomada do Rio Grande, promoveu o deslocamento de homens e bens para o atual território uruguai, buscando legitimar a posse sobre as terras em litígio. De acordo com essa perspectiva, casais de ilhéus foram levados para perto de Maldonado, no recém-fundado povoado de São Carlos. Para o mesmo local foram enviados gêneros em geral, munições e, da Matriz

⁴⁰ ROCHA. p. 8.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

de São Pedro, um retábulo e um armário⁴¹, no intento de serem utilizados em templo na Banda Oriental. A lista de objetos desviados para São Carlos compreenderia também portadas, lampadário, o Santíssimo e até imagens como as de Cristo, da N. S. do Rosário com o filho, levados para a igreja daquela localidade, de cujo aumento e reconstrução tratava Cevallos inconsistentemente⁴².

Apesar de certa controvérsia quanto aos despojos da Matriz de São Pedro deslocados para São Carlos, o templo rio-grandino constituiu uma das peças de resistência, pois, apesar das perdas, permaneceria como principal elemento constitutivo da organização urbana do povoado, desfigurada ao longo da invasão. A retomada do Rio Grande constituiu um projeto lento, intentado e praticado ao sabor das disputas luso-hispânicas na Europa e na América. A conclusão dos fatos ocorreria em abril de 1776, quando, após operações terrestres e navais, os luso-brasileiros obteriam a reconquista das terras rio-grandenses-do-sul. A Matriz de São Pedro exerceria papel preponderante no simbolismo da reconquista, sendo realizado um *Te Deum*, para consagração e comemoração do feito histórico⁴³.

⁴¹ MONTEIRO. 1979. p. 146-149 e 179.

⁴² BARRETO, 1976. v. 2. p. 803.

⁴³ LISBOA, José Corrêa. Relação e mapas em que se mostra toda a ordem, disposição e sucessos que houveram na tomada da terra da margem do sul do Rio Grande de São Pedro, desde o dia 6 de fevereiro do ano de 1776, em que partiu a armada naval de Portugal da Ilha de Santa Catarina até 1º de abril do mesmo ano, em que se concluiu a dita tomada da terra. Rio de

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Encerrado o domínio espanhol, a Vila do Rio Grande, paulatinamente iria promover sua reconstrução. Não constituindo mais o núcleo administrativo do Rio Grande do Sul, a localidade, progressivamente, iria mudando sua função primordial, não abandonando de todo seu papel estratégico-militar, mas dando os primeiros sinais daquela que seria sua marca registrada no século XIX, atuando como principal entreposto comercial sul-rio-grandense. As atividades mercantis mudariam a face da vila, mas ainda na virada do século XVIII para os primeiros anos da centúria seguinte, a Matriz de São Pedro prosseguiria aparecendo como ponto alto do espaço urbano rio-grandino, mantendo, portanto, sua denominação de catedral que, ainda que indevida do ponto de vista oficial, ganhara irreversível corpo sob o ponto de vista da percepção popular⁴⁴.

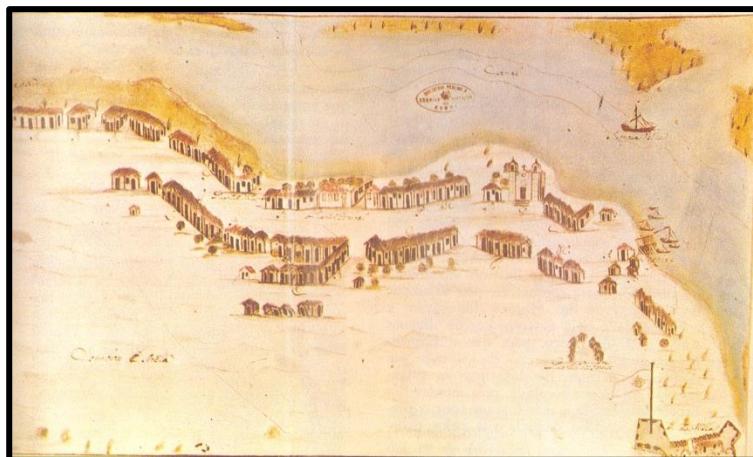
Nessa época, a vila apresentava a fisionomia clássica dos povoados nascentes, quer seja, no centro o logradouro público, em uma das faces deste, a igreja e, ao lado, o cemitério, enquanto, nas outras, estavam as casas largas e acaçapadas dos principais da campanha, mais ou menos juntas e alinhadas. Em cada canto, marcado por uma dessas casas de comércio características da região, as quais eram, ao mesmo

Janeiro: s/editora, 1776. p. 116.; e BOEHM, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expedition au Rio Grande*. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar, 1979. v. 3. p. 115.

⁴⁴ ALVES, Francisco das Neves. *Uma igreja, uma comunidade: os 250 anos de história da Catedral de São Pedro*. Rio Grande: Editora da FURG, 2005. p. 23-40.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

tempo, albergaria, mercearia, loja de fazendas, de ferragens, botica, entre outras, havendo um começo de rua ou um fim de estrada, e, ao derredor, aqui e ali, assimetricamente e distanciando-se entre si, progressivamente, as casas, raras de tijolo cozido e algumas barreadas, e os ranchos de torrão, à mistura com os roçados, os pomares, os potreiros e os currais. Nesse quadro, a Matriz, ampla e alta para o tempo e o lugar, ereta no ponto mais elevado do terreno, ligeiramente acidentado, destacava-se, no conjunto, dominando-o⁴⁵.



- A Vila do Rio Grande de São Pedro, onde se destaca a Matriz de São Pedro (acervo da Biblioteca Rio-Grandense) -

⁴⁵ FONTOURA, Edgar Braga da. *Marcílio Dias*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935. p. 10-11.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Marcante nos vários momentos que caracterizaram a formação rio-grandense colonial, a Matriz de São Pedro constituiria peça fundamental na fisionomia humana do Rio Grande português, reproduzindo costumes entre os cidadãos em seus convívios sociais e acompanhando as amplas dificuldades na consolidação do sítio urbano. O templo, como os próprios seres humanos sofreria de modo cáustico a ação da guerra e expressaria simbolicamente os benefícios da paz, em uma época em que a cruz e a espada entrecruzaram caminhos de forma indelével. Vencidas as dificuldades iniciais, a Vila do Rio Grande iria se consolidar ao longo do século XIX, tornando-se o centro mercantil gaúcho. A chamada “catedral” do Rio Grande, aos poucos, viria a conviver com essa nova urbe, cujos espaços modificavam-se constantemente e as próprias imagens construídas acerca de sua Matriz passariam por drásticas transformações.

Reconquistado o Rio Grande e ao longo dos decênios seguintes, iniciaria um processo de recuperação. A população egressa retornava em parte e novos moradores chegavam, e o difícil processo de evolução urbana que, com os espanhóis, sofrera sério declínio, seria lentamente retomado. O papel de centro administrativo não mais seria reconquistado, mas o caráter estratégico ainda seria mantido, e progressivamente iria abrindo espaço a um novo papel da colônia, agora ligado às lides mercantis. O isolamento ainda perduraria e a difícil comunicação seria um dos males a ser enfrentado pelos pioneiros habitantes⁴⁶. A

⁴⁶ FUNCK, Diogo. *Viagem por terra da Ilha de Santa Catarina até a Barra do Rio Grande*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, [s.d.], fl. viii (datilografado).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

partir da virada para o século XIX, progressivamente, Rio Grande passaria a ocupar um novo papel geoeconômico no contexto sul-rio-grandense, transformando-se no mais importante entreposto comercial sul-rio-grandense. Outras fases de progresso, estagnação e crise se seguiriam com o passar das centúrias, ficando o destaque para o esforço original dos primeiros povoadores e o rol de dificuldades que enfrentaram, como ponto de inflexão histórica para a formação da comuna portuária.

Naufrágios na Costa Sul-Rio-Grandense (1737-1889): com registros de bases digitais do Reino Unido

José Vanderlei Borba*

1. Introdução

Este texto integra-se na pesquisa sobre Naufrágios no Rio Grande do Sul. Esta, que é uma primeira versão, tem por base os arquivos digitais britânicos e abrange o período 1737-1889, ou seja, a partir da implantação de São Pedro do Rio Grande da Banda do Sul até o final do II Império no Brasil. Aqui, só foram considerados os eventos apontados para a costa marítima sul-rio-grandense - a *costa de areia* - da foz do rio Mampituba até a foz do arroio Chuí, permeada pela desembocadura de rios e arroios, mas com destaque à *barra diabólica*, ponto de encontro das águas da Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico.

Artigos publicados, das décadas de 1980 e 1990, contêm informes sobre sinistros náuticos na costa gaúcha e nas lagoas (dos Patos e Mirim), porém, de tais

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. DSc em Integração Regional/UFPEL.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

dados, não se encontram as fontes de consulta (que se supõe sejam oriundas de jornais e de publicações, no Rio Grande/RS, à época). Tanto no passado, como na atualidade, os pesquisadores enfrentam inúmeras dificuldades, pois arquivos locais (p.ex., Aduana, Serviço de Praticagem, Câmara do Comércio, organismos portuários, etc) não foram mantidos, o que demanda buscas fracionadas, que incluem inúmeras fontes, com a intenção de garantir fidedignidade aos dados coletados.

Com o avanço da digitalização dos arquivos das principais instituições e/ou bibliotecas mundiais surgem novos subsídios, mas que ainda assim demandam confirmação em diferentes fontes. Registros no Brasil que indicam naufrágio em determinada data, carecem de continuidade da informação. Por outro lado, em registros ingleses verifica-se que para este mesmo evento houve desdobramento em dias ou meses seguintes, porque a causa inicial estava relacionada a encalhe ou entrada de água ou avarias diversas (velame, mastreação, etc) na embarcação, sem caracterizar perda total.

A primeira medida adotada, em um sinistro náutico, era salvar a tripulação/passageiros e, se houvesse possibilidade, a carga seria resgatada em outro momento. A maioria dos naufrágios na costa sul-rio-grandense tem esta característica: salvamento da tripulação/passageiros e tentativas posteriores de recuperação das cargas, que se frustravam por ser uma costa arenosa, de mar agitado e com fundo em vasa.

No IV Seminário Cultura e Identidades do Rio Grande, promovido pela Biblioteca Rio-Grandense, nos dias 28 e 29 de setembro de 2023, o material foi apresentado como primeira versão, visando a construção

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

de uma nova base de dados, envolvendo pesquisa em plataformas do Reino Unido, do Brasil, de Portugal, da Espanha, da Argentina, do Uruguai, da França, da América do Norte, dos Países Baixos e das cidades-porto do mar Báltico.

Vale ressaltar que toda a navegação para os oceanos Índico e Pacífico utilizava, em suas rotas, o Atlântico Sul. A famosa rota da Carreira das Índias, pelo Oceano Índico só vai sofrer alterações quando da abertura do Canal de Suez, em 1865. Da mesma forma, o acesso navegável pelo Estreito de Magalhães ao Oceano Pacífico só vai ser modificado quando da abertura do Canal do Panamá, em 1912. Estes dois acontecimentos vão influenciar o tráfego marítimo de longo curso no Atlântico Sul, assim como a abertura da barra do Rio Grande, em 1915, com a implantação de molhes, vai garantir a acessibilidade permanente ao único porto marítimo da costa sul-rio-grandense.

A navegação de cabotagem, entre *portos* desde o período colonial e até o final do II Império, era bastante utilizada para importar/exportar produtos na costa litorânea do Brasil: Laguna, Desterro, Paranaguá, São Vicente, Santos, Rio de Janeiro, Campos dos Goitacazes, Vila Velha, Salvador, Recife, Penedo, Natal, Mossoró, São Luís, Belém. Para rotas internacionais, a armazenagem se concentrava nos *portos* do Rio de Janeiro, de Salvador e do Recife, por sua relativa equidistância na costa e em relação aos países da Europa, do Caribe e América do Norte, bem como na recepção de navios negreiros da costa da África.

Nos períodos de convulsão na Bacia Platina, os pontos de atracação (na costa marítima da Banda Oriental e da Argentina, e, nas margens dos rios da

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Prata, Paraná e Uruguai) podiam variar ou serem bloqueados à medida que diferentes frotas oponentes percorriam estas águas e mediam forças. A partir do domínio inglês em marinha de guerra e marinha mercante, qualquer embarcação em movimento estava sujeita à ação *fiscalizatória* do poderio naval inglês. Portugal se beneficiava desta relação, pois seus tratados com a Inglaterra lhe garantiam relativa proteção contra a Espanha, França e Holanda, seus principais adversários na consolidação do domínio do Brasil.

Portugal e Espanha estiveram à frente da expansão exploradora e mercantil nos séculos XVI e XVII, mas à medida que a Inglaterra consolidou uma estratégia industrial, comercial e econômica, suas ações com terceiros países reforçaram-se pela imposição de seu modelo de relações exteriores, de livre comércio, de padrões de negociação, de controle de insumos e de geração excedentes exportáveis.

Neste contexto, todos os registros ingleses eram essenciais ao controle econômico da navegação, pelo movimento de sua gigantesca frota⁴⁷, que envolvia grandes investimentos em construção, manutenção, rede de negócios e cobertura de seguros.

⁴⁷ STOPFORD (2017). Cerca de 87% de tudo que flutuava, desde 1750 ao final dos anos 1800, era de origem inglesa, da construção à armação.

2. Uma origem para navegação e comércio

A navegação pelo Atlântico Sul contém relatos portugueses desde a exploração de Pero Lopes de Souza, da Ilha do Desterro até a altura de Mar del Plata, além de expedições pelo Rio da Prata. Nos relatos espanhóis há registros de exploração do rio da Prata, visando encontrar alternativas para escoar a produção das minas de Potosí.⁴⁸ Para *privateers* ou piratas ou corsários contratados havia a perspectiva de encontrar/ apropriar-se de riquezas, por isso navegantes franceses, ingleses e holandeses abordavam amiudadamente as costas da América do Sul.

Desde 1580, o comércio português⁴⁹ ocorria no Rio da Prata, como também, nos anos de 1624-1630, ocorreram expedições de bandeirantes pela Lagoa dos Patos até sua junção com o rio Jacuí. Em 1680, Portugal autorizava ao Governador do Rio de Janeiro a instalar-se na Banda Oriental, estabelecendo a Colônia do Santíssimo Sacramento, misto de equipamento militar e entreposto comercial.

Em 1742, o Governador do Rio Grande de São Pedro do Sul - Diogo Cardoso Osório, em Ofício ao Cardeal João da Motta relata que “*se podiam transportar nas embarcações de sua Majestade, que todos os anos vêm a este Porto*”.⁵⁰ Tais embarcações deviam atender as necessidades de abastecimento, segurança e povoamento, resultando em um certo volume de tráfego

⁴⁸ BORBA (2022), p.19-20.

⁴⁹ CANABRAVA (1984). p.25-58 e p.101-154.

⁵⁰ Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino. AHU_ACL CU_019, Cx. 1, D. 4. Doc. 7.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

marítimo, desde que se instalara o Forte Jesus Maria José, em 19/3/1737. Para garantir o acesso à barra, o Brigadeiro José da Silva Pais resolveu deslocar um prático, de Santa Catarina, para orientar as operações de navegação pela barra do Rio Grande⁵¹ e ao ancoradouro na Banda do Norte. As ações de abastecimento e de escasso comércio visavam sustentar o baluarte português de São Pedro e apoiar o enclave representado pela Colônia do Santíssimo Sacramento na Banda Oriental, dentro da estratégia portuguesa de estabelecer o Rio da Prata como limite dos reinos luso e castelhano/espanhol na América do Sul.

As limitadas operações mercantis foram sendo ampliadas no século XIX a partir da expansão da demanda por produtos primários, que a Europa precisava em seu acelerado processo de urbanização, assim como as necessidades comerciais de uma América do Norte em consolidação. De outro lado, a consolidação de Estados Independentes na América do Sul disponibilizava novos mercados para a crescente industrialização do Reino Unido. Dentro deste conjunto de realidades, o sistema de tráfego marítimo modificou-se no Atlântico Sul, gerando maior número de viagens e, consequentemente, maior risco de sinistros navais.

⁵¹ FONTOURA (1939), p.60, com a citação de Silva Pais “... o acesso à Barra não oferecia tantas dificuldades como todos supunham, mas arreceavam a cometê-la”.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

3. Os registros

A ocupação sistemática da Banda do Sul, a partir de São Pedro do Rio Grande e a exploração de gados nas Vacarias do Mar resultavam em retornos econômicos e demanda por meios flutuantes para escoar os produtos da exploração ganadeira. Os primeiros volumes de mercadorias primárias tiveram como pontos de origem - Buenos Aires e Colônia, seguidos de Montevidéu.

A chamada Guerra Luso-Espanhola, entre 1735-1737, foi um evento localizado no entorno do Rio Prata, pois os espanhóis consideravam que o comércio português com Buenos Aires prejudicava sua arrecadação, taxando-o como contrabando, além de, com base no Tratado de Tordesilhas, afirmar que a presença lusa, na região, era ilegítima. A esquadra naval inglesa deu amplo apoio aos portugueses, deslocando uma frota para o rio Tejo, o que permitiu aos lusitanos armar uma frota própria para consolidar suas bases no Atlântico Sul. Tais eventos estão relacionados à consolidação de São Pedro do Rio Grande e às ocupações efetuadas desde o Mampituba até Castilhos Grandes.

No interesse de suas relações comerciais, ingleses circulavam pelos mares do Sul, com barcos baleeiros, foqueiros e cargueiros, em busca de vantagens econômicas. Para proteção destas embarcações sempre havia naus armadas, baseadas em pontos de atracação do território colonial português ou nas ilhas Falkland. Toda movimentação de embarcações era acompanhada pelo Almirantado inglês, além das companhias de seguro, dos armadores, dos representantes comerciais e

dos periódicos. É dessa teia de fontes, que surgem as informações em bases de dados digitais.

4. A metodologia utilizada

A primeira questão enfrentada dizia respeito à conformação da *costa de areia*, desde o rio Mampituba (na divisa entre as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro) até o arroio Chuí (na divisa entre a Província do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental). Foram delimitadas as coordenadas: ao norte, no atual farolete do molhe sul, em Torres, na Latitude Sul 29° 19,55' e Longitude Oeste 49° 42,58'; e, ao sul, no atual farol da Barra do Chuí, em Santa Vitória do Palmar, na Latitude Sul 33° 44,57' e Longitude Oeste 53° 22,48'. Estes pontos projetam a área de mar, em que os sinistros foram considerados como costa sul-rio-grandense.⁵²

Em 1744, quando do naufrágio, a 10 km ao sul da foz do rio Tramandaí, da embarcação francesa - *Duc de Chartres*, o sobrevivente P.J. Melchior Strasser deu-lhe uma nova caracterização - *costa brava e desastrosa*. Ao longo do tempo estabeleceu-se uma máxima de que a referida costa era um *cemitério de navios*, em razão dos

⁵² Obs: há pelo menos duas fontes inglesas, que mencionam que durante a Guerra da Tríplice Aliança, embarcações do Império do Brasil e da Argentina (apoiadas pelos ingleses) que enfrentaram as do Paraguai (apoiadas pela França) sofreram avarias e perdas no Rio Uruguai. Estas informações, em revisão, podem ampliar os incidentes de meios flutuantes da costa marítima para a costa fluvial sul-rio-grandense.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

eventos ocorridos nesta área do Atlântico Sul e em suas praias.

A **segunda questão** relaciona-se aos registros que deram à Barra do Rio Grande uma dimensão calamitosa na incidência de sinistros. Desde que Silva Pais, ao estabelecer o Forte Jesus Maria José na Banda Sul do canal do Rio Grande, esboçou o *mapa da barra* (Figura 1), pouco mudou até sua fixação com os molhes.

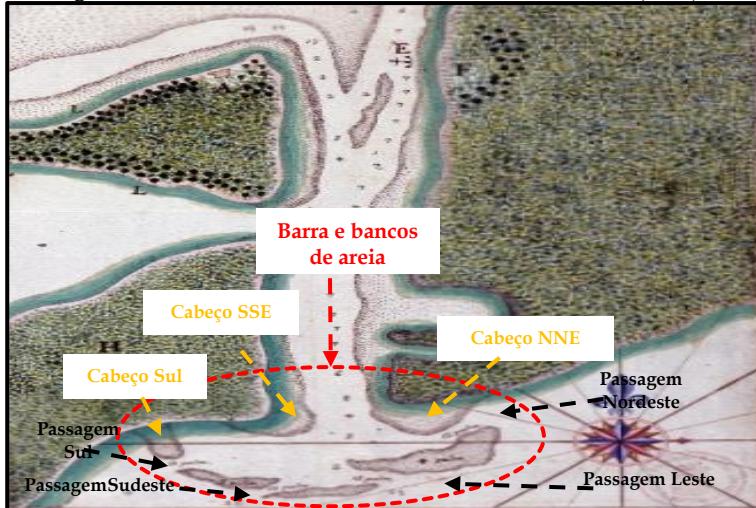
Figura 1. Barra do Rio Grande em desenho de Silva Pais (1737)



Fonte: <http://acervo.redememoria.bn.br>

Utilizando o esboço de Silva Pais e focando a Barra, verifica-se a sua conformação (Figura 2), no que se refere aos pontos de abordagem (em quatro possíveis canais de acesso, as passagens nordeste, leste, sudeste e sul), permeados de bancos móveis de areia e com cabeços (a sul, a sul-sudeste e a nor-nordeste).

Figura 2. A Barra do Rio Grande de São Pedro do Sul (1737)



Adaptação BORBA (2023).

Os bancos de areia, as passagens e os cabeços, apontados na Figura 2, são aqueles pontos que, nos registros históricos, relacionam-se a locais de incidentes na barra. São passagens estreitas e de pouca profundidade, sendo locais propícios a sinistros, se não houvesse a ação de práticos para orientar a navegação.

Além da questão geomorfológica do local, as variáveis climatológicas (ventos, temporais, calmarias) e marinhas (direção das correntes, vazão da lagoa, altura das ondas) facilitavam ou impediam a abordagem ao ponto de atracação no Norte de São Pedro, distante 12 km do limite da costa.

Há que se destacar que muitas vezes, o conjunto de adversidades determinava que as embarcações aguardassem em mar aberto (o que determinou um aumento de casos no Estreito, ao norte, e no Cassino, ao

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

sul da Barra) ou retornar a um melhor ponto de abordagem (o que significava ir ao Desterro ou ao rio da Prata, o que também podia resultar em sinistros).

A **terceira questão** referia-se às especificidades a serem coletadas sobre as embarcações naufragadas, conforme os registros ingleses, no período entre 1737 e 1889. Definiu-se pelos seguintes critérios: ano de ocorrência, data do evento, denominação e tipo de embarcação, bandeira de operação, rota de navegação, área do litoral do naufrágio, tripulação e/ou passageiros, carga transportada e, por fim, a fonte das informações.

5. Os primeiros resultados

Os resultados, desta **primeira versão do estudo**, com base em registros digitais ingleses, no período de 1737 a 1889, permitem retirar o Quadro 1.

Quadro 1. Recorte da Base de Dados (em construção)

ano	data	nome	tipo	bandeira	rota	local	sub-local	carga	fonte
1864	01/fev	Emily	brigue	inglesa	Cádiz-RGr	Costa RS	1 légua ao N	sal	<i>Shipping Intelligence, Liverpool Mercury, N° 5227.</i>
06-08/abr	Camillus	brigante	inglesa	RGr-Queenstown	Costa RS	10 milhas ao N	carnes / couros / chifres	<i>Shipping Intelligence, Glasgow Herald, N° 7673.</i>	
03/ago	Arapéhy	patacho	brasileira	RJ-RGr	Costa RS	Albardão		sal / café	
31/ago	Thetis	escuna	hanoveriana	Hamburg-RGr	Costa RS	7 milhas ao N		carvão	<i>Shipping Intelligence, Liverpool Mercury, N° 5272.</i>
23/dez	Anna	brigante	hanoveriana	Cádiz-RGr	Barra RGr	cabeço L		sal	<i>Shipping Intelligence, Caledonian Mercury, N° 23892.</i>
23/dez	Asia	brigante	inglesa	Liverpool-RGr	Barra RGr			carvão / ferramentas	<i>Mercantile Ship News, The Standard, N° 12645.</i>
26-28/dez	Thor	brigante	hanoveriana	Cardiff-RGr	Costa RS	56km ao N		grãos / ferragens	<i>Shipping Intelligence, Liverpool Mercury, N° 5269.</i>

Elaboração: BORBA (2023)

Deste quadro e da base de dados decorre o texto contendo: 5.1. Naufrágios na Costa Sul-Rio-Grandense e na Barra do Rio Grande; 5.2. Naufrágios por área da Costa Sul-Rio-Grandense; 5.3. Naufrágios por estações do ano; 5.4. Predominância de ventos nas estações do ano; 5.5. Portos de origem para Rio Grande; 5.6. Portos de destino a partir do Rio Grande; 5.7. Quantificação estimada de tráfego marítimo; 5.8. Tipificação das cargas de importação; 5.9. Tipificação das cargas de exportação; 5.10. Tipificação das embarcações; 5.11. Náufragos (perdidos e sobreviventes); e, 5.12. Cemitério de navios.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

5.1. Naufrágios na Costa Sul-Rio-Grandense e na Barra do Rio Grande

Os resultados indicam que, entre 1737 e 1889, conforme as bases de dados inglesas, ocorreram 173 naufrágios, sendo 115 deles, ou 66,5%, na *costa brava e desastrosa*; e, 58, ou 33,5%, na *barra diabólica*. Estes resultados contrastam com outros estudos⁵³, conforme se estabelece no Quadro 2, mas também sugerem em perspectiva de que mais incidentes náuticos deverão ser incorporados, à medida de análise de outras bases de dados.

Quadro 2. Naufrágios na Costa e na Barra

Local	Naufrágios na Costa e Barra - 1737-1889					
	Costa		Barra		Total	
	qtide	%	qtide	%	qtide	%
SINAU	91	50,0	91	50,0	182	100,0
NEVES	85	48,3	91	51,7	176	100,0
BORBA	115	66,5	58	33,5	173	100,0

Elaboração: BORBA (2023)

5.2. Naufrágios em áreas da Costa Sul-Rio-Grandense

Ao quantitativo de 173 naufrágios na costa sul-rio-grandense aplicaram-se as informações de áreas de ocorrência e seu reagrupamento em cinco critérios: ao Norte da Barra (do Estreito até Torres), na Barra, ao Sul da Barra (do Cassino ao Chuí), Sem Local Determinado e em Mar Aberto, como consta no Quadro 3.

⁵³ SINAU - Sistema de Informações de Naufrágios (2020); NEVES (2001a) e NEVES (2001b).

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Quadro 3. Naufrágios em áreas da costa sul-rio-grandense

Naufrágios por áreas do litoral, ao Norte da Barra									
Localização	Torres	C.Canoa	Tramandaí	Cidreira	Quintão	Mostardas	Bojuru	Estreito	Total
qtde	4	2	4	5	2	14	6	25	62
% geral	2,3	1,2	2,3	2,9	1,2	8,1	3,5	14,5	35,8
Naufrágios na Barra									
qtde									58
% geral									33,5
Naufrágios por áreas do litoral, ao Sul da Barra									
Localização	Cassino	Taim	Albardão	Hermenegildo	Chuí				Total
qtde	10	3	12	5	2				32
% geral	5,8	1,7	6,9	2,9	1,2				18,5
Naufrágios sem local determinado									
qtde									11
% geral									6,4
Naufrágios em mar aberto									
qtde									10
% geral									5,8

Elaboração: BORBA (2023)

Os dados indicam que 35,8% dos naufrágios ocorreram no litoral ao norte (de Torres ao Estreito) da Barra do Rio Grande, indicando uma rota econômica direcionada a portos nacionais, em cabotagem, ou a portos do estrangeiro, em navegação de longo curso. Nas áreas ao norte da Barra destacam-se as ocorrências em Mostardas (14 casos) e no Estreito (25 casos). Nesta última área, a relação a estabelecer é de que as embarcações ficavam no aguardo de condições para acessar, ou, em sentido contrário, arremeter na saída da Barra.

Para a Barra do Rio Grande constam 33,5% das ocorrências (ou 58 casos), com, agora, óbvias localizações de sinistros, principalmente, nas passagens de nordeste e/ou de leste e/ou no cabeço nor-nordeste (ver Figura 2).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Ao sul (entre o Cassino e o Chuí) da Barra do Rio Grande estão 18,5% (ou seja, 32 casos) dos naufrágios. Nas áreas ao sul da Barra destacam-se as ocorrências no Albardão (12 casos) e no Cassino (10 casos). Nesta última área, assim como o Estreito (ao norte da Barra), as embarcações ficavam no aguardo de condições para acessar à Barra ou, em sentido contrário, arremeter Barra a fora.

Ainda não há dados entre os 173 naufrágios sobre: a determinação de área no litoral para 11 casos (6,4%); assim como, para 10 casos (5,8%), que são indicados como ocorrências em mar aberto, com resgate de tripulações/ passageiros por outras embarcações ou com informação de que a embarcação *desapareceu* em latitude estimada correspondente à costa sul-rio-grandense.

5.3. Naufrágios por estações do ano

Em relação ao período do ano em que ocorreram os sinistros, o Quadro 4 mostra que não houve variação significativa entre as estações, embora ocorra uma pequena diferença para mais nos meses de verão e de outono. Pontualmente, o mês de maio é o de maior número (19 casos), seguido dos meses de janeiro e julho (ambos com 16 casos).

Quadro 4. Naufrágios por estação do ano

estação	verão			outono			inverno			primavera			total	
	mês	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
qüde	15	16	15		14	13	19	10	16	13	12	15	15	173
%	8,7	9,1	8,7		8,1	7,4	11,1	6,0	9,4	7,4	7,0	8,4	8,7	100%
p/estação		46			47			39			42			173
%		27			27			22			24			100%

Elaboração: BORBA (2023)

5.4. Predominância de ventos nas estações do ano

Em outro ponto de discussão, para causas de naufrágios, estão os ventos, pois no intervalo analisado, as embarcações eram predominantemente impulsionadas por velas. Os levantamentos são descontínuos, mas diferentes autores⁵⁴, em suas observações, registraram as condições predominantes de ventos na costa sul-rio-grandense.

Numa análise dos diários de bordo, Pereira (2017) explicita desta forma: “*Há nestas partes do Brasil, ..., sempre ventos gerais. No inverno, de Sul e Sueste; e, no verão, de Nordeste. Correm as águas com vento por Costa, e por isso se não pôde navegar senão esperarem por monções para irem com as águas e com o vento, porque cursam seis meses de uma parte, e seis meses da outra. Por tanto são as viagens vagarosas, e quando vão a contravento, as embarcações correm muito risco, e arribam as mais das vezes ao porto donde saíram*”.

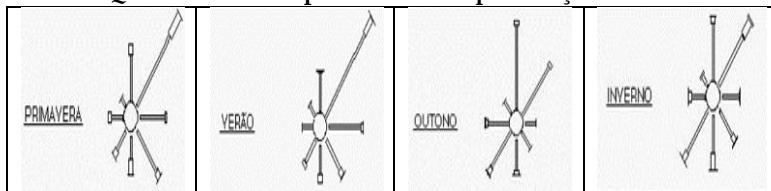
O Quadro 5, com gráficos tipo Rosa dos Ventos, mostra as condições predominantes de ventos por estação. O que se observa é que: (a) na primavera e no verão, o vento Nordeste é o que sopra na maior parte

⁵⁴ VERECKER (1860); PEREIRA 2017).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

dos dias nos meses destas estações; (b) o vento Nordeste tem menor incidência no outono, quando há prevalência do vento Norte; e, (c) no inverno há uma distribuição mais equilibrada de ventos, porém com maior intensidade de Nordeste, Sul e Sudoeste.

Quadro 5. Ventos predominantes por estação do ano



Fonte: KRUSCHE & BRAGA (2019).

5.5. Portos de origem para Rio Grande

Quanto aos portos com **viagens para Rio Grande** identificaram-se:

- (a) no **Período Colonial** - procedências de Santa Catarina (Laguna e Desterro), Rio de Janeiro e Bahia (Salvador);
- (b) no **I Império**: as embarcações procediam de Santa Catarina (Laguna e Desterro), Paraná (Paranaguá), Rio de Janeiro, Bahia (Salvador) e Boston/Nova Inglaterra;

(c) no **Período Regencial**: as origens foram Santa Catarina (Laguna e Desterro), Rio de Janeiro, Bahia (Salvador), Pernambuco (Recife), de Liverpool-UK e da Philadelphia/Nova Inglaterra; e,

(d) no **II Império**: as zarpagens foram de Santa Catarina (Laguna e Desterro), Paraná (Paranaguá), Rio de Janeiro, Bahia (Salvador), Pernambuco (Recife), Montevidéu, Lisboa, portos do Reino Unido (Liverpool,

Guernsey, Cardiff, New Castle, Clyde, New Port, Plymouth), Cádiz/Espanha, Cabo Verde, portos franceses (Bordeaux e Le Havre), Texel/Holanda, Richmond/Nova Inglaterra, portos alemães (Bremen e Hamburgo), e, portos italianos (Trieste e Gênova).

5.6. Portos de destino a partir do Rio Grande

Do porto **do Rio Grande para** outros portos, identificaram-se:

- (a) no **Período Colonial** – o destino era Santa Catarina (Laguna e Desterro), Rio de Janeiro e Bahia (Salvador);
- (b) no **I Império**: dirigiram-se à Santa Catarina (Laguna e Desterro), Paraná (Paranaguá), Rio de Janeiro, Bahia (Salvador) e Pernambuco (Recife);
- (c) no **Período Regencial**: foram para Santa Catarina (Laguna e Desterro), Rio de Janeiro, Bahia (Salvador), Pernambuco (Recife), portos ingleses (Guernsey e Liverpool) e Richmond/Nova Inglaterra; e,
- (d) no **II Império**: destinaram-se à Santa Catarina (Laguna e Desterro), Paraná (Paranaguá), Rio de Janeiro, Bahia (Salvador), Pernambuco (Recife), portos do Rio Da Prata (Montevidéu e Buenos Aires), portos de Portugal (Lisboa e Porto), portos ingleses (Londres, Liverpool, Cork, Queenstown, Falmouth, Clyde, New Port, Whiteheaven), Cádiz/Espanha; Cabo Verde, Le Havre/França, de Texel/Holanda, e portos alemães (Bremen e Hamburgo).

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

5.7. Quantificação estimada de tráfego marítimo

Em relação ao **volume de tráfego marítimo** recebido/expedido pelo porto do Rio Grande, entre 1737 e 1889, houve trabalho de projeção estatística para completar dados de anos ou de períodos, pela ausência de registros continuados. O Quadro 6 indica as quantidades de embarcações que aportaram e zarpam do porto do Rio Grande, em navegação de cabotagem e de longo curso, totalizando 52.480 embarcações (computando que a cada embarcação correspondia uma entrada e uma saída do Rio Grande).

**Quadro 6. Navegação de cabotagem e longo curso
- embarcações aportadas e zarpadas -**

Navegação de cabotagem e longo curso										periodo
Embarcações aportadas/zarpadas (estimativa média/periódico)										
1737-1750	1751-1765	1766-1780	1781-1807	1808-1822	1823-1831	1832-1837	1838-1850	1851-1865	1866-1889	periodo
2.240	4.080	2.400	6.480	6.000	4.320	3.360	5.200	4.960	13.440	52.480

Elaboração: BORBA (2023)

Pode-se observar que: (a) durante a ocupação espanhola (coluna 1766-1780) houve redução de acessos ao Rio Grande, porque ocorria um bloqueio marítimo espanhol na barra do Rio Grande; (b) no início da revolução Farroupilha (coluna 1832-1837) também houve decréscimo no tráfego marítimo; (c) no período (coluna 1851-1865) que antecedeu a guerra da Tríplice Aliança, o movimento marítimo já estava em deslocamento para Montevidéu e Buenos Aires; e, (d) no final do II Império (coluna 1866-1889) já se consolidava a atividade

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

portuária do Rio Grande, embora as reiteradas críticas às dificuldades de acesso pela Barra.

5.8. Tipificação das cargas de importação

A tipificação das cargas transportadas, considerando as de **importação** (que, na época, incluía todas as cargas oriundas de portos nacionais ou internacionais), mostra que chegaram ao Rio Grande: escravos, colonos, sal, carvão, vinhos, vinagres, bebidas espirituosas (aguardente, licores, rum), tecidos, utensílios domésticos (talheres, tapetes, móveis), produtos alimentícios (açúcares, farinhas, azeitonas, café), apetrechos religiosos (vestimentas, tecidos de seda, breviários), apetrechos de guerra (pólvora, armas, fardamentos, pás, facas/facões, arreios) e, no final do II Império, materiais para ferrovias (trilhos, máquinas, vagões) e para rede telegráfica (postes e cabos).

5.9. Tipificação das cargas de exportação

Para as cargas de **exportação** (que, na época, incluía todas as cargas enviadas pelo Rio Grande para portos nacionais ou internacionais) arrolam-se: escravos, couros (de gado bovino e de égua), derivados da pecuária (crinas, sebo, graxa, cascos, guampas), carnes (secas e salgadas) e trigo.

O contraste entre as cargas importadas e exportadas vai acarretar, ao longo do tempo, no desequilíbrio na balança comercial, exigindo mais produtos primários para as trocas com os produtos artesanais e industriais.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

5.10. Tipificação das embarcações

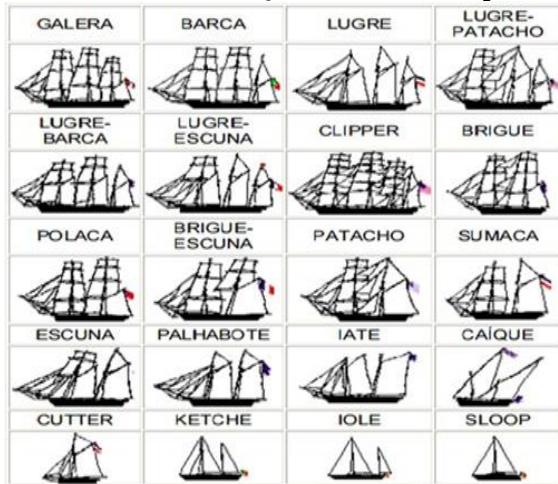
As embarcações, que circularam pela costa sul-rio-grandense, representavam diferentes padrões conforme o período de predomínio na navegação: (a) português - naus, caravelas e galeões; (b) espanhol - naus, galeões, fragatas; (c) holandês - galeras, lugres, escunas (*schooner*); (d) francês - barca, patacho, polaca; e, (e) inglês - lugre (*luger*), brigue ou bergantim (*brigantine*), escunas (*schooner*), palhabote (*pilot boat*), clipper, cutter.

Há que se destacar que a nomenclatura pode variar significativamente, pois como se vê no Quadro 7, as diferenças estão na armação de mastros e velas. À medida da incorporação de vapor e motores nestas mesmas embarcações, resultava em retirada de mastros, o que invalidava a classificação original. Nos dados digitais ingleses verifica-se que as embarcações eram registradas desde a sua construção e as mudanças estruturais eram incorporadas periodicamente nos registros. Quando os estaleiros ingleses se tornaram os principais fornecedores de embarcações, os registros mencionam sua transferência para outros armadores ou outros Estados e não há mais reclassificações registradas.

O uso de nomenclaturas, por exemplo, no caso de *luger* (lugre-patacho, lugre-barca e lugre-escuna), ganhava adjetivações variadas conforme o porto envolvido. Sua aplicação em portos nacionais, com precários registros, amplia a desconfiança de que as denominações podem/devem estar eivadas de corruptelas, como se apresenta para *brigantine*, que tanto pode ser tratado como brigue ou como bergantim.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Quadro 7. Embarcações à vela e vela-vapor



Fonte: Curso de Engenharia Naval/UFSC (2019).

No caso dos 173 naufrágios (identificados nos registros ingleses) na costa sul-rio-grandense, as embarcações com maior incidência, pela ordem, foram: escunas (65), brigues (59), barcas (23), vapor (14), patachos (5), bergantins (3), lugre (3) e *clipper* (1).

5.11. Náufragos (tripulação/passageiros, perdidos e sobreviventes)

No conjunto de embarcações naufragadas (173), com base nos registros digitais ingleses, ainda não há resultados definitivos⁵⁵; porém, para a maioria dos

⁵⁵ Embora a informação do naufrágio esteja disponível nos arquivos digitais ingleses, se a embarcação foi armada em outros Estados ou reinos independentes ou cidades-porto (p.ex., Cabo Verde, Bremen, Texel, Richmond, etc) ou se completou viagens em regime de

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

sinistros (134), já há condições de conformar dados como está no Quadro 8 (subdividido em A, B, C e D), para esta primeira versão.

cabotagem, tais registros ainda não foram avaliados, por estarem em outras bases de dados.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

**Quadro 8A. Embarcações, tripulação, perdidos e sobreviventes –
1744-1855**

Ano	Embarcação	tripulação	perdidos	sobreviventes
1744	Duc de Chartres	137	99	38
1817	Amanda	12	12	0
	Orra	14	0	14
1819	Victoire	11	2	9
1824	Flor de Porto Alegre	66	2	64
1832	Northumberland	114	0	114
1835	Angélica	21	0	21
	Mail	18	2	16
	Bela Maria	9	0	9
1840	Phoenix	168	0	168
1841	Rival	9	0	9
	Irish Lass	14	8	6
1846	Maria	45	0	45
	Warsaw	36	0	36
	Iris	24	2	22
1847	Pelado	8	4	4
	Pym	28	0	28
	Heroine	10	0	10
	Sultana	12	0	12
	Eagle	9	0	9
1848	Victoria	5	0	5
1849	Shield	14	0	14
	Sapphire	16	0	16
1850	Charles Buchan	12	0	12
1851	Isabella	26	2	24
	Jane	17	2	15
	Jupiter	16	0	16
	Eliza Frances	12	0	12
1854	Helianthus	18	0	18
	Dania	14	0	14
	William & Mary	14	0	14
1855	Abraham & Sara	27	0	27
	Rising Sun	14	5	9
	Guardian	15	0	15
	Plata	12	0	12

Elaboração: BORBA (2023)

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Quadro 8B. Embarcações, tripulação, perdidos e sobreviventes – 1856-1866

Ano	Embarcação	tripulação	perdidos	sobreviventes
1856	Ada Gray	17	6	11
	Edina	8	5	3
	Orion	9	0	9
	George Eliza	17	0	17
	Smyrna	12	0	12
1857	Encantador	16	2	14
	Erato	11	0	11
	Britania	37	2	35
	Henrique	7	0	7
	Eugenie	60	2	58
	Glance	11	3	8
	Monarch	9	0	9
1858	Anna	12	0	12
	Amphrette	16	0	16
1859	Koogerpolder	12	2	10
	Fortuna	17	0	17
	Firefly	11	1	10
	Prince of Wales	14	14	0
1861	William Peil	12	12	0
	Vigilant	7	7	0
	Hound	8	0	8
	Phillipus Cornelius	12	4	8
1862	Arcadian	14	3	11
	Caridade	24	3	21
	Reaper	13	5	8
1863	Mathilde	11	0	11
	Thor	12	3	9
	Thetis	4	0	4
1864	Anna	23	0	23
	Moure	12	2	10
	Adolphe	15	3	12
1865	John Bull	10	2	8
	Fanny	14	7	7
	Powerfull	381	23	358

Elaboração: BORBA (2023)

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

**Quadro 8C. Embarcações, tripulação, perdidos e sobreviventes –
1866-1876**

Ano	Embarcação	tripulação	perdidos	sobreviventes
1867	Antonieta	14	0	14
	Guide	17	12	5
1868	Reinhardt	14	6	8
	Julia	7	0	7
	Alexander	12	12	0
1869	Ælus	16	4	12
	Ora	26	2	24
	Ann & Ellen	12	0	12
1870	Valleta	14	2	12
	Marie Louise	12	4	8
	Vooruitgang	10	1	9
1871	Diana	8	0	8
	Hellespont	11	2	9
	Eliza	8	6	2
1872	Johanes Blohm	14	0	14
	Carrick Maid	16	16	0
	Royal Arch	14	0	14
1873	Senior	13	13	0
	Saint Mungo	31	31	0
	Friendship	12	12	0
1874	Mariano I	10	0	10
	Scotsboun	32	0	32
	Workingston	26	26	0
1875	Gerente	16	0	16
	Electric	12	0	12
	Christine	8	0	8
1876	Maggie	7	0	7
	Melodia	9	0	9
	Minerva	8	0	8
1876	Ada	6	0	6
	Ur	10	4	6
	Savona	12	0	12
	Rivulet	12	0	12
	Andronicus	8	0	8

Elaboração: BORBA (2023)

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Quadro 8D. Embarcações, tripulação, perdidos e sobreviventes – 1876-1889

Ano	Embarcação	tripulação	perdidos	sobreviventes
1877	União	12	3	9
1878	Fiducia	32	12	20
	Lindisfarne	26	4	22
	Country of Cromarty	18	18	0
1879	Johanni	6	2	4
	Leentje	8	0	8
	Joahanna Holzerland	22	0	22
	Isabella	20	6	14
1880	Lagos	14	0	14
	Mistic Tie	16	0	16
	Kathie	14	0	14
	Penwith	26	26	0
	Candate	17	17	0
	Florence	12	0	12
1881	Mary Jamieson	18	0	18
	Cataluña	22	0	22
	Celine	17	0	17
1882	Tai Lee (ou Tiger)	14	0	14
	Helios	16	0	16
	Naomi	21	4	17
1883	Fenna	24	3	21
	Georg Leed	16	2	14
	Regar	21	0	21
1884	John Thompson	16	0	16
	Janie	12	0	12
1886	Francisco	53	0	53
1887	Rio Apa	300	133	167
	Cavour	96	4	92
	Zoe	18	2	16
1889	Premier Mackensie	16	3	13
	Julie	4	0	4
Totais		3249	643	2606
Percentuais		100	19,8	80,2

Elaboração: BORBA (2023)

Os quadros 8A/8B/8C/8D mostram como resultado, que das 3.249 pessoas (tripulação e passageiros) embarcadas e que estiveram envolvidas em

naufrágios na costa sul-rio-grandense: (a) 2.606 sobreviveram (80,2%), indicando que os eventos, via de regra, ocorreram próximas às praias do litoral gaúcho e que as medidas de salvamento foram bem-sucedidas; e, (b) 643 pessoas (19,8%) perderam suas vidas, com maior incidência percentual nos casos do Duc de Chartres (de 1774, com 72% de perdas ou 99 pessoas), Amanda (de 1818, todas as 12 vidas), Irish Lass (de 1841, com 57%), Pelado (1857, com 50%), Prince of Wales, William Peil e Vigilant (de 1861, todos com 100% de perdas, respectivamente, 14, 12 e 7 pessoas), Guide (de 1867, com 70%), Alexander (de 1868, com o total de 12 pessoas), Eliza (de 1871, com 75%), Carrick Maid (de 1872, com 100%), Senior, Saint Mungo e Friendship (de 1873, todos com 100%, respectivamente, 13, 31 e 12 pessoas), Workingston (de 1874, com 100% ou 26 pessoas), County of Cromarty (de 1878, com 100% ou 18 pessoas), Penwith e Candate (de 1880, com 100%, respectivamente, 26 e 17 pessoas), e, Rio Apa (de 1887, com 44% de perdas ou 133 pessoas).

5.12. Cemitério de navios

Ao longo do tempo se estabeleceu uma distorcida convicção de que a costa sul-rio-grandense se constituía em um *cemitério de navios*. No entanto, o conjunto de dados sobre embarcações naufragadas, com base nos registros digitais ingleses, mostra que há elementos suficientes para provocar uma reanálise, como está no Quadro 9.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Quadro 9. Intervalos de tempo, Embarcações e Naufrágios na costa sul-rio-grandense

Variáveis de análise	Dados quantitativos									S e médias	
	1737-1750	1751-1760	1766-1780	1781-1807	1808-1822	1823-1831	1832-1837	1838-1850	1851-1865	1866-1889	
Qtde de embarcações/intervalo de tempo	1120	2040	1200	3240	3000	2160	1680	2600	2480	6720	26240
Qtde de anos/intervalo de tempo	14	14	15	27	15	9	6	13	15	24	152
Média de embarcações/intervalo de tempo	80	146	80	120	200	240	280	200	165	280	179
Qtde de naufrágios/intervalo de tempo	1	0	0	0	3	2	4	15	53	95	173
Média de naufrágios/intervalo de tempo	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,6	2,1	1,4	0,7

Elaboração: BORBA (2023)

Num período de 152 anos, entre 1737 e 1889, circularam 26.240 embarcações, o que resulta na média de 179 embarcações/ano, passando pelo Rio Grande. Correlacionando-se a quantidade (26.240 embarcações) com os 173 naufrágios na costa sul-rio-grandense resulta uma média de 0,7%, ou seja, a ocorrência de 1 naufrágio a cada 152 embarcações. Se ampliarmos a análise, considerando que a cada embarcação (das 26.240) ocorre também uma viagem de retorno há 52.480 incidências a considerar. Neste caso, em 52.480 viagens ocorreram 173 naufrágios, a média cai para 0,35%, ou seja, 1 naufrágio a cada 304 viagens.

Numa avaliação dos primeiros cem anos (1737-1837) de São Pedro do Rio Grande, a média de naufrágios é insignificante; mas, durante a segunda centúria, a partir de 1838 até 1889, os três últimos intervalos têm médias crescentes (0,6%, 2,1% e 1,4%) de naufrágios. O intervalo 1838-1850 mostra a ocorrência de 1 naufrágio a cada 173 embarcações. No intervalo 1851-

1865, a relação é de 1 naufrágio a cada 47 embarcações. E, por fim, no intervalo 1866-1889, ocorreu 1 naufrágio a cada 71 embarcações. O impacto destes dados impactava o ambiente político do final do II Império, com demandas por serviços/ segurança na costa sul-rio-grandense, como sinalização (faróis, boias, práticos) e ações efetivas de acesso à barra do Rio Grande.

O aumento de casos de naufrágios, nos últimos anos do II Império, impressionou a memória coletiva, pois a costa sul-rio-grandense, entre 1851 e 1889, teve a maior parte dos incidentes de naufrágios – 148 (ou, 86%) dos 173 identificados nos registros digitais ingleses; e, (b) tais eventos contribuíram decisivamente para o amplo movimento comercial e político em prol da fixação da *barra diabólica*.

6. As primeiras conclusões

O trabalho está projetado para recompor uma base de dados sobre naufrágios na costa do Rio Grande do Sul. No arco temporal de 1737 a 1889, com base em dados digitais ingleses, identificaram-se 173 naufrágios, entre a foz do rio Mampituba e a foz do arroio Chuí, com relevância para a Barra do Rio Grande.

Destes naufrágios identificados, a maioria deles ocorreu com escunas (65), brigues (59) e barcas (23), que, via de regra, eram embarcações para transporte de cargas. A necessidade de povoar a Província de São Pedro demandou adaptações e improvisos para acomodar cargas, militares, colonos e escravos. As embarcações, por executarem navegações próximas à

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

costa de areia, reduziram a perda de vidas, com as exceções descritas (ver Quadro 8), mas ainda assim, a média é de 643 pessoas (19,8% dos naufragos) que se perderam em 173 naufrágios; mas, raramente houve recuperação das cargas transportadas, por ser uma costa quase desabitada e sem recursos de salvatagem.

As premissas (ou as falsas premissas) - costa sul-rio-grandense e barra diabólica como *cemitério de navios* - podem ser rediscutidas, pois relacionando o número de embarcações (que aportaram no Rio Grande) com o quantitativo de naufrágios tem-se a ocorrência de 1 naufrágio a cada 152 embarcações. Da mesma forma, se consideradas as viagens realizadas (ida e volta) por embarcação, obtém-se que a cada 304 viagens ocorria 1 naufrágio.

O problema que se coloca é a maioria dos naufrágios ocorreu, concentradamente, no final do II Império, sendo a maior incidência deles entre o norte da Barra até Torres - 35,8% (estabelecendo clara conotação com as rotas preferenciais de comércio, abastecimento e defesa) e na Barra - 33,5% (pelos dificuldades de acesso). Para o caso da Barra, os percentuais podem ser maiores, caso se considerem as perdas de embarcações em espera (ao norte no Estreito ou em mar aberto ou ao sul no Cassino).

Os dados expostos, nesta primeira versão, colocam dúvidas quanto à premissa do *cemitério de navios* na costa sul-rio-grandense, mas mantém-se a assertiva de que a Barra do Rio Grande sempre representou um grande empecilho à navegação, às estratégias de defesa e de ocupação, bem como ao comércio.

Bibliografias

BORBA, José Vanderlei (2008). Portos: da abertura às nações amigas ao comércio globalizado – uma trajetória de 200 anos. In: Superintendência do Porto do Rio Grande e Departamento de Biblioteconomia e História da Universidade Federal do Rio Grande (org). **Porto do Rio Grande: História e Cultura Portuária.** Simpósio Internacional comemorativo ao bicentenário da Abertura dos Portos. Rio Grande/RS. 18p.

_____ (2021). O Comércio no Porto do Rio Grande (1891-1900): decênio de instabilidade políticas e econômicas. In: ALVES, Francisco das Neves (org). VII Seminário Internacional para Pensar a Pesquisa Histórica – Reflexões acerca da Revolução Federalista: ensaios históricos. **Coleção Riograndense, 54.** Lisboa/Portugal – Rio Grande/RS/Brasil, p.188-233.

_____ (2022). Cachoeira do Sul e a história olvidada: guarani, castelhana, jesuítica, platina, missioneira, lusa, brasileira. **Coleção Riograndense, 56.** Lisboa/Portugal – Rio Grande/RS/ Brasil, 156p.

CANABRAVA, Alice Piffer (1984). **O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 205p. Coleção Reconquista do Brasil (Nova Série), v.82.

Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532). Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927. v.1. 561p. In: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/_obrasraras/bndigital0287/bndigital0287.pdf

FONTOURA, Edgar Braga da (1922). **Sinopse da história do Rio Grande: 1737-1822.** Rio Grande: Editora da FURG, 1985. Anexo do Relatório da Intendência Municipal do Rio Grande.

KRUSCHE, Nísia & BRAGA Maria Fernanda Siqueira (2019). **Caracterização do Padrão de Ventos e Brisas em Rio Grande/RS.** Rio Grande: Laboratório de Meteorologia,

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Departamento de Geociências / FURG. In:
<https://www.researchgate.net/publication/284126073>

MORAIS, J.C. (1941). O conhecimento dos ventos do Atlântico e do Índico nos séculos XV e XVI. In: **Memórias e Notícias, n.10.** Publicação do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra/Portugal: Tipografia Atlântida. p.1 47. In: <https://in-libris.com/products/memorias-e-noticias-n-10>

NEVES, Hugo Alberto Pereira (2001a). Naufrágios no litoral sul-rio-grandense (1822-1889). In: ALVES, Francisco das Neves & NEVES, Hugo Alberto Pereira (2001). **Náufragos e Naufrágios no litoral do Rio Grande.** Rio Grande: Editora da FURG. Coleção - Pensar a história sul-rio-grandense, n.1. p.55-80.

_____ (2001b). A insegurança e os naufrágios na Barra do Rio Grande (1822-1889). In: ALVES, Francisco das Neves & NEVES, Hugo Alberto Pereira (2001). **Náufragos e Naufrágios no litoral do Rio Grande.** Rio Grande: Editora da FURG. Coleção - Pensar a história sul-rio-grandense, n.1. p.27-54.

ROSCIO, João Francisco (1781). **Compendio Noticioso do Continente de São Pedro do Rio Grande até o Distrito da Ilha de Santa Catarina,** extraído dos meus diários, observações e notícias que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente, nos anos 1774 e 1775. In: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15789>

VERECKER, Henry Prendergast (1860). **Verecker, 1860 - Roteiro do Rio Grande do Sul.** Tradução (British Shipmaster's Hand Book to Rio Grande do Sul) e organização de João Francisco Troina Reguffe. Notas biográficas de Francisco das Neves Alves (2001). Rio Grande: Editora da FURG. 134p.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Sites Especialistas de Portugal e do Brasil

Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino
http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pafis=14

Biblioteca digital luso-brasileira
<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/50083>

Estatística dos Naufrágios do Brasil
<https://www.naufragiosdabrasil.com.br/estatistica.htm>

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRS
https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas.htm

Listas de naufrágios
<https://academia-lab.com/enciclopedia/listas-de-naufragios/>

Naufrágios do Brasil
<https://www.naufragiosdabrasil.com.br/riograndesul.htm>

Naufrágios no Rio Grande do Sul
<https://www.brasilmergulho.com/naufragios-no-rio-grande-do-sul/>

Sistema de Informações de Naufrágios - SINAU
<https://www.naufragiosdabrasil.com.br/sinau.htm>

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

English Registers / List of shipwrecks / Lloyd's Marine List

British Admiral (UK) - <https://www.admiralty.co.uk/>

British Newspaper Archive - <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>

Ship News. Lloyd's of London. N° 899. 3 July 1744.

Lloyd's Marine List. N° 14.005.

Mercantile Ship News. The Standard. N° 10.836.

Ship News. The Standard. N° 1.807.

Shipping Intelligence. Caledonian Mercury. N° 17.861.

Shipping Intelligence. TheMorningChronicle.
n°22.564.

Ship News. The Times. N° 17.713.

Caledonian Maritime Research Trust-
<https://www.clydeships.co.uk>

Crew List - <https://www.crewlist.org.uk/>

Disasters at Sea. The Times. London - <https://www.thetimes.co.uk>

Lloyd's Register of Shipping (UK) - <https://www.lr.org/en/>

Lost at Sea - Document Centre - Gloucester (UK) -
<https://gloucester-ma.gov/74/Lost-at-Sea>

The National Archives - <https://www.nationalarchives.gov.uk/>

The Banker's Magazine and Statistical Register -
<https://www.thebanker.com/>

Ships and Boats: 1840-1950 - HistoricEngland.org.uk/listing/selection-criteria/

Shipwrecked Mariners Society -
<https://shipwreckedmariners.org.uk/>

Repercussões da Guerra Ítalo-Turca na imprensa rio-grandina: o caso de *O Intransigente*

Luiz Henrique Torres*

A Guerra Ítalo-Turca⁵⁶ foi um conflito militar ocorrido entre 29 de setembro de 1911 e 18 de outubro de 1912. O envolvimento direto foi entre o Império Otomano (Turquia) e o Reino de Itália pelo controle da Tripolitânia e Cirenaica (na antiguidade eram províncias romanas e atual territórios da Líbia). Tribos líbias tiveram intensa participação nos combates e guerrilhas organizados contra a invasão italiana. O resultado foi a vitória do Reino da Itália obtendo posses no Mar Egeu e tornando a Líbia sua colônia. Ao final desta guerra, frente a decadência militar da Turquia, a Liga Balcânica (Bulgária, Grécia, Montenegro e Reino da Sérvia) atacaram o Império Otomano e passaram a controlar

* Professor nos Cursos de História (FURG). Doutor em História do Brasil (PUCRS).

⁵⁶ Três obras utilizadas na análise desta guerra foram: CAMINITI, Alberto. *La guerra italo-turca 1911-1912: Guerra di Libia*. Liberodiscrivere edizioni, 2011; GRAMELLINI, Fabio. *Storia della guerra italo-turca (1911-1912)*. Carta Canta, 2018; LEHTO, Jukka. *Guerras en Europa: El ocaso de Imperio Otomano*. Createspace Independent, 2017.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

vastos territórios. Foi um preparativo para a eclosão, em 1914 da Primeira Guerra Mundial.

A problemática central desta investigação foi investigar a cobertura da imprensa numa cidade portuária do Sul do Brasil. Esta cidade, Rio Grande, tinha uma forte presença de comerciantes europeus que mantinham relações comerciais com vários países da Europa. A comunidade italiana observava com atenção os desdobramentos do conflito num período em que o nacionalismo vai se acentuando. Um exemplo deste clima político que se acirra, pode ser observado na avenida principal do Balneário Cassino. Os proprietários do chalés hasteavam na frente das casas a bandeira do seu país numa afirmação de sua nacionalidade. Bandeiras da Itália, Alemanha, Inglaterra, França, Portugal etc, tremulavam na Avenida Rio Grande evidenciando o fervor nacionalista que alimentou a guerra no ano de 1914.

A conexão com a economia europeia e, por vezes, devio a presença de laços de nacionalidade, fez com que a distante guerra teve uma forte presença nos noticiários na cidade do Rio Grande (Estado do Rio Grande do Sul). E a localidade também tinha suas guerras de cicatrizes mal curadas. Os anos de 1911-1912, são de confrontos político-partidários entre castilhistas e federalistas (maragatos). As eleições para o governo estadual acirrou estas disputas quando da possibilidade de perpetuar ou modificar o controle do aparelho de Estado através do voto. A eleição de 1912 foi vencida por Antonio Augusto Borges de Medeiros que assumiu em 25 de janeiro de 1913 e se manteve no governo até 25 de janeiro de 1928. As contínuas reeleições de Borges de Medeiros, apoiado pela máquina do Partido Republicano Rio-Grandense,

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

desencadeou a guerra civil de 1923 quando os rebeldes federalistas buscaram -de forma frustrada- depor o governador pelas armas.

Este clima de confronto político recua temporalmente aos diferentes projetos republicanos fundados, a partir da proclamação da República em 1889: de um lado a defesa da força da governança no poder executivo (castilhismo) e de outro no poder legislativo (assisismo).⁵⁷ Uma dimensão fundamental do processo histórico entre 1889 a 1928 é cognoscível na luta pelo controle do aparelho de estado que se expressou entre 1911-1912 na disputa eleitoral.

Na construção de um partido vitorioso e hegemonic o papel da imprensa é fundamental na edificação de representações dos inimigos e de exaltação dos salvadores da República em perigo frente à ação dos opositores. Nesta defesa argumentativa reside a atuação editorial do jornal *O Intransigente* que é a voz do Partido Republicano Rio-Grandense na esfera da cidade do Rio Grande. A partir de uma caracterização editorial mais ampla será realizada, num segundo momento, a análise de como o periódico fez a cobertura da Guerra Ítalo-Turca: o espaço dado aos acontecimentos, as fontes

⁵⁷ Algumas obras que abordam a transição da monarquia para a república no Rio Grande do Sul: FRANCO, Sérgio da Costa. *A guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1993. FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Coptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. PESAVENTO, Sandra. *A Burguesia Gaúcha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

jornalísticas utilizadas, as possíveis ênfases favoráveis a um dos lados etc.

O Intransigente

O Intransigente foi fundado em Rio Grande no ano de 1900. Assinava como o órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e estava engajado em defender, na esfera local e estadual, os ideais e políticos republicanos do PRR. Fazia a cobertura sistemática das eleições buscando a eleição de políticos do PRR para o governo estadual como Antônio Augusto Borges de Medeiros.

O diretor de redação era o prof. França Pinto, o proprietário Hilário Gomes e o gerente Augusto Alves. O escritório e oficinas funcionavam na Rua General Bacelar n.96.

No ano de 1912 o jornal se definia como a folha local que possuía o mais adiantado serviço telefônico direto com o Rio de Janeiro tendo correspondentes nas principais cidades do Rio Grande do Sul. O jornal tinha luz elétrica própria e entre as folhas locais é o de maior circulação do interior do Estado sendo o único com viajante permanente. A seguir uma capa do jornal.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

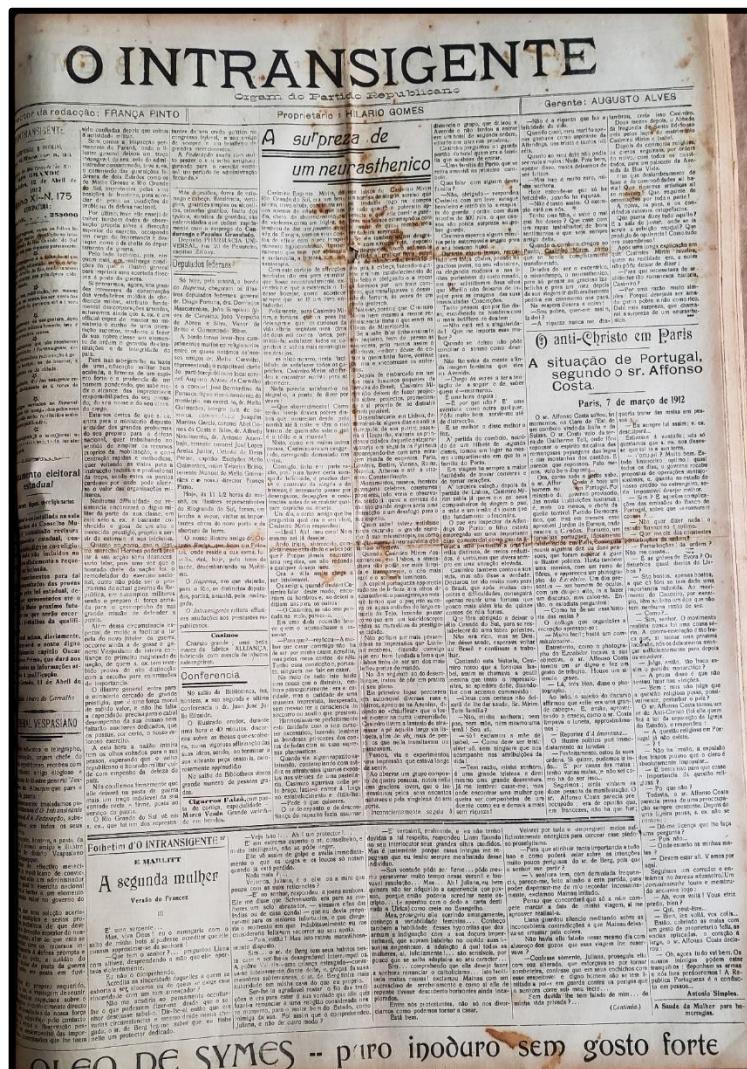


Figura 1 *O Intransigente*, 12 de abril de 1912.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

O periódico era literalmente “intransigente” na defesa política de seus princípios e promovia ataques exacerbados aos opositores, especialmente, às opiniões de políticos ligados aos federalistas. Nas disputas eleitorais, quando da derrota dos candidatos federalistas, às matérias tem o seguinte tom: “não podia ser mais estrondosa a derrota do federalismo, o eterno desastrado, que chega a sacrificar as suas ideias para sofrer maiores decepções na sua triste vida de expedientes indecorosos” (29-03-1912).

Às matérias do jornal dão muita ênfase a situação política em Portugal na questão do levante dos monarquistas buscando a queda da república. O jornal se manifesta de forma intransigente na defesa dos republicanos e na busca de punição aos monarquistas. Uma matéria mostra apenas uma faceta deste embate e diz respeito a dois artistas portugueses que estão se apresentando em Rio Grande (a Companhia Opereta Portuguesa). Funcionava em Rio Grande a

Liga Monárquica que não admitiu às manifestações patrióticas a favor da causa republicana em Portugal por parte de dois artistas da Opereta que se apresentavam no Teatro Politeama. Em reunião da Liga Monárquica se determinou que nenhum membro assistisse ao espetáculo ou fizesse elogios. *O Intransigente* reproduz a argumentação da Liga e denuncia este “bande mal olhado” que agrupa ideias nocivas ao republicanismo brasileiro (28-03-1912).

Os federalistas ou maragatos eram lembrados com frequência: “o maragatismo, no dizer do seu órgão local, difamador de tudo e de todos, é uma besta fera sedenta de sangue. Está pronta para o massacre e para o

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

degolamento dos republicanos e para tingir de sangue as ruas da cidade” (28-03-1912).

Neste contexto de tensões políticas ocorreu a morte, em 9 de março de 1912, de Trajano Lopes, Intendente Municipal: “abnegado republicano, como chefe do partido foi sempre intransigente nas suas crenças, era um político disciplinado, republicano em extremo, ardoroso patriota; a ele deve-se a união, o congressamento, a disciplina do partido republicano, tanto da cidade como da campanha do município” (12-03-1912). Alguns dias antes do falecimento de Trajano, por motivo de saúde, ocorreu uma explosão em sua casa (no dia 24 de fevereiro) que foi considerada um atentado em que se utilizou dinamite. Recrudesce o clima de ameaças contra os opositores numa postura que conduz vários editoriais do jornal.

Outro tema que ocupa considerável espaço nas notícias estrangeiras é o olhar sobre os movimentos políticos e avanços econômicos e militares da França e da Inglaterra. O equilíbrio europeu e os acontecimentos culturais e científicos, especialmente os ocorridos na França, são divulgados pelo periódico. Em segundo plano estão os interesses com os Estados Unidos. Se constata que os acontecimentos na Europa (especialmente a Ocidental) canalizam os interesses de uma centralidade localizada em Londres e Paris.

A cidade do Rio Grande passou a se conectar de forma efetiva ao comércio internacional a partir da década de 1830 através do comércio de exportação e importação, especialmente, dirigido à Europa. Alemanha, Portugal, Inglaterra, França, Espanha, entre outros países/estados, eram os maiores parceiros. O comércio com os Estados Unidos e com a América

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

Central, como Cuba, eram proporcionalmente menos representativos. Com os vizinhos platinos, Uruguai e Argentina, o comércio marítimo também era relevante. Mas certamente a Europa era o olhar persistente que se construiu ao longo de muitas décadas de experiências. Entre as quais consta a identidade étnica-cultural da maioria dos comerciantes da cidade terem suas raízes familiares oriundas da Europa: portugueses, alemães, franceses, ingleses, italianos, espanhóis, poloneses etc. A Europa era um referencial civilizatório para o estabelecimento de práticas culturais e manutenção de vínculos comerciais. Os próprios aformoseamentos urbanos buscavam trazer a civilidade de além mar para o espaço local reproduzindo espaços de identidade nos padrões civilizatórios europeus. Portanto, os rumos da política e da economia europeia, com os conflitos e cenários de guerra, eram companhados avidamente, pois, poderiam acarretar em crises comerciais e até falência das inúmeras empresas que dependiam da exportação de matérias-primas (especialmente os derivados do gado) e a aquisição de produtos industrializados para abastecer a Província/Estado do Rio Grande do Sul.

A cobertura da Guerra Ítalo-Turca

O jornal *O Intransigente* tem períodos de grande interesse na divulgação de notícias sobre a guerra. Porém, houveram períodos de vários dias sem relatos dos acontecimentos deixando um relativo vácuo. Utiliza

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

o recurso a reprodução de notícias através do telégrafo citando várias fontes noticiosas, especialmente, correspondentes ingleses ou franceses. Reproduz matérias publicadas no Rio de Janeiro pelo *Jornal do Comércio* onde basicamente é dado o seu norte editorial e interpretativo nas informações referentes ao conflito.

As notícias sobre o conflito iniciam apenas em 1 de novembro de 1911. Infelizmente, todo o mês de outubro no encadernado semestral do acervo da Biblioteca Rio-Grandense. Portanto, os primórdios iniciais do enfrentamento e o impacto provocado pelo ataque italiano e suas repercussões são desconhecidos no primeiro mês. A partir de novembro está completa a cobertura dos doze meses seguintes do conflito.

A opção metodológica é fazer um apanhado sobre os elementos essenciais da narrativa em sua sequência cronológica. Nesta direção, muita informação relativa a descrição dos combates e do elevado número de mortes em confronto não foram reproduzidas em sua íntegra. A ideia é trazer a historicidade do jornal na cobertura da guerra e as interpretações presentes na narrativa. Exemplo do espaço dedicado no jornal.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

A guerra Italo-Turca

Ultimas noticias

No dia 25 de julho, em Derne, houve renhíssimo combate entre as forças italianas e turcas.

Estas atacaram á noite aquela cidade. Apezar de não ser esperado o ataque, os italianos resistiram, durante sete horas, ás investidas dos turcos, sendo a luta travada corpo a corpo, á arma branca, na escuridão da noite.

A cidade caiu, por fim, em poder dos turcos.

As forças italianas tiveram fóra de combate 2250 homens, entre soldados e officiaes e as turcas 700, entre mortos e feridos.

No campo da batalha foi encontrado também, vivo, o cavalo pertencente ao commandante da força italiana.

Morreu na luta o capitão turco Iuz Baxi.

O combate foi planejado e dirigido pelo commandante turco Kalil Bay.

Os turcos, logo que se aposaram da cidade, incendiaram-na na parte norte, que está ao alcance dos canhões da esquadra italiana.

*

Os turcos ligaram quatro cidades por linhas telephonicas.

*

O governo da Turquia disse: pensou a organisação de novos corpos de voluntarios, por entender que, no momento, dispõe

dé forças sufficientes para manter a guerra.

*

Telegrapharam de Genebra para o «Excelsior», de Paris, que notaveis politicos turcos e italianos, ali reunidos, confabulam sobre os meios necessarios para a celebração da paz.

*

Telegrammas de Roma dizem que informam de Massahua que no recente bombardeio de Hoddeida pelas forças italianas que 3.500.000 cartuchos e todas as munições de artilharia que os turcos possuíam explodiram, incendiando-se o acampamento.

Os prejuizos sofridos excedem de um milhão e meio de francos.

O numero de baixas é importantissimo, sendo que só no paiol de polvora morreram vinte e tres turcos.

As mesmas informações confirmam que apenas o hospital ficou indemne.

*

O «Corriere d'Italia» publica um telegramma de Alexandria dizendo que foram sequestrados em Salerno 92 saccos contendo uniformes italianos que iam para a Cyrenaica.

*

Comunicam de Roma ser falsa a notícia publicada no «Reischspost» de terem deserto para Trento uns vinte bersaglieri.

Figura 2 Coluna dupla, p.1. 13-10-1912.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO
GRANDE

A guerra
ITALO-TURCA

Foram suspensas as negociações entabolidas para a paz entre a Italia e a Turquia.

Essa suspensão foi motivada por certas questões suscitadas pela primeira dessas potencias.

A Porta assim procedeu, afim de examinar os casos em questão.

O «Giornale d'Italia» diz que o ataque ás caravanas italianas em Misurata foi longamente pre-meditado e tendia separar Misurata de Busceifa.

O plano do inimigo consistia em um ataque simulado ao norte, foi porém, frustrado pela brillante acção dos italianos.

Os ascaris contiveram magnificamente o impeto dos assaltantes das caravanas.

A luta foi aspera e encarniçada.

As caravanas apoiadas pela bateria de Raslokuar repelliram á bayoneta os adversarios. O combate durou seis horas retirando-se o inimigo sob o fogo da artilleria.

A demonstração do inimigo ao norte foi frustrada pelas baterias de Mangussi e pelas tropas de

Figura 3 Coluna simples, p. 2. 01-09-1912.

Cronologia das notícias:

01-11-1911 “Itália-Turquia. As últimas notícias da guerra”. Informações sobre a intensidade dos combates. Ataques árabes a italianos e europeus em Alexandria. A revolta árabe em Trípoli fizeram as forças italianas sofrerem grandes perdas. O *Giorgale d'Itália* publica artigo indignado frente ao *bluff* organizado pelos grandes jornais de várias nações para exaltar a Turquia e deprimir a Itália. O *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) recebeu um telegrama de Londres que rechaça os desmentidos da Itália frente “aos notícias dos grandes morticínios feitos em Trípoli pelos soldados italianos”, sendo de fato notícias de fontes independentes que explicitam “os atos de barbarismo praticado” pelos italianos. O *Times* compara Trípoli a um “grande matadouro onde não raro tem sido sacrificados indivíduos inteiramente inocentes”. O *Dayli Mirror* se refere a “inconcebível brutalidade dos italianos em Trípoli e publica fotografias para comprovar suas alegações”. O fato tem causado em todo o mundo uma indignação que teve eco no parlamento inglês. A Alemanha, segundo o *Jornal do Comércio*, declarou que a Itália não tinha qualquer chance de vencer os turcos e propõe a exclusão da Itália da Tríplice Aliança e a substituição pela Turquia.

“Tratado de Comércio Itália e Brasil. O correspondente da Imprensa do Rio de Janeiro, em Paris, entrevistou o dr. Alberto Fialho, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Brasil junto ao rei de Itália”. Questões foram colocadas pelo jornalista sem obter respostas objetivas sobre a assinatura

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

de um tratado comercial e sobre a saída do diplomata italiano atuante no Brasil o Barão de Avezzana.

03-11-1911 “Contra a Itália. Movimento Internacional. Londres, 3. O partido operário promoverá grande movimento internacional contra a ação da Itália em Tripoli, pois os italianos continuam fuzilando barbaramente os árabes, inofensivos, até mulheres e crianças. Algumas pessoas fotografaram estas cenas de chacina mandando as aludidas fotografias para os jornais ingleses”.

06-11-1911 “Itália-Turquia. Pormenores dos combates. Episódios emocionantes. Os fuzilamentos. Utilidade do aeroplano”. Telegramas de Roma exaltam as vitórias italianas e as grandes perdas dos árabes e turcos. A matéria destaca a sequencia de derrotas turcas e a supremacia italiana no comando de Trípoli. “Houve um momento em que os turcos conseguiram ganhar algum terreno mas os aeroplanos que pairavam sobre o campo de batalha, fizeram um reconhecimento perfeito das posições do inimigo e com o auxílio das indicações dos aviadores, pode a artilharia italiana entrar em ação causando enormes baixas no campo turco. Por sua vez, a artilharia do cruzador-couraçado Sicília abria imensas clareiras nas fileiras inimigas”.

08-11-1911 “A Guerra Ítalo-Turca. O que dizem os correspondentes do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro”. Notícias de Roma afirmam das vitórias alcançadas pelos italianos. Telegramas recebidos de capitais europeias mostram o contrário. “A verdade é que não há coração humano que se não confragua diante

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

da horrorosa luta em que se empenham a Itália e a Turquia". Faltam pormenores da falada chacina de turcos e árabes pelos soldados italianos. Porém, um telegrama via Malta afirma que os italianos executavam cinquenta ou mais árabes e turcos diariamente, "essa carnificina parece, porém, ter cessado, em razão dos comentários veementes e indignados dos jornais ingleses". Sobre a matança de árabes a Itália estava "agindo contra todos os princípios da civilização e do humanitarismo". A polêmica sobre a violência praticada pelos italianos "impressionavam muito o público leitor". A残酷和selvageria teria sido confirmada por um jornalista inglês chegado a Trípoli o qual "fez numerosas fotografias de fatos e disse que para os soldados italianos era um verdadeiro gozo e uma verdadeira festa chacinar os habitantes inofensivos".

17-11-1911 "Em Londres, um repórter do *Daily Telegraph* diz numa correspondência de Tripoli que a Turquia triunfará se manter a firmeza que até aqui tem dado provas. Os árabes estão cheios de entusiasmo, são muito corajosos e resolutos e aderem diariamente a causa turca".

20-11-1911 Como a Itália domina os turcos. Matéria de um cronista do jornal *A Tribuna* informa que os italianos baixaram um manifesto anexando a Tripolitânia e negando o domínio otomano no norte da África. Esta declaração permite fuzilar os grupos resistentes. "Não nos consta em qualquer tempo um nação beligerante, ao ocupar território estrangeiro, usasse de semelhante expediente, de certo proveitoso como meio de aterrorizar o adversário, mas em todo caso

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

contrário aos usos seculares. É natural que frente a semelhante medida os turcos respondam pela expulsão dos italianos residentes na Turquia". De outro lado a Turquia estava exigindo que italianos se naturalizassem turcos para não serem expulsos do país. "Tudo isto fez agravar cada vez mais o conflito ítalo-turco e, se a mediação inglesa não se tornar realidade, a luta é capaz de se prolongar por muito tempo ainda continuando a conflagração geral no Oriente".

21-11-1911 A Guerra Itália-Turquia. O que dizem os últimos telegramas de Londres e de Roma. Relato dos combates nos oásis onde os italianos tiveram de adotar "medidas severas e enérgicas" em vista do "encarniçamento e ferocidade dos rebeldes". Prosseguiu-se na repressão da revolta que "continuava acesa, animada de lado pelo fanatismo e de outro lado instintos sanguinários e perversos dos fascínoras". Cenas do heroísmo italiano foram relatadas. Conforme correspondente do jornal *A Imprensa*, os combates em Trípoli "as baixas em ambos os campos foram enormes. O campo de batalha transformou-se em um inferno". O cólera estava fazendo muitas vítimas em Trípoli e os habitantes estavam abandonando a cidade".

24-11-1911 Constantinopla, 24. Navios italianos bombardearam Warlk e varios portos do Mar Vermelho. Os aeroplanos continuam em Trípoli a atirar bombas explosivas sobre os acampamentos árabes e turcos.

27-11-1911 Itália-Turquia. Notícias da Guerra. Reproduzindo o jornal *A Tribuna* de Roma, é informado que os turcos em Derna "tem massacrado os árabes que

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

se recusam a combater ao seu lado". Muitas informações sobre os combates e o uso de aviões para reconhecimento ou lançamento de bombas em acampamentos árabes ou turcos.

29-11-1911 Itália e Turquia. Tripoli, 28. Numerosos grupos de turcos e árabes atacaram as linhas italianas, infligindo perdas às mesmas. A Rússia reiterou ao governo italiano que o Mar Negro deve ficar aberto ao comércio internacional.

05-01-1912 "Itália e Turquia. Notícias da guerra. Pelo telégrafo. Noticia o *Corrieri D'Itália* que os Consulados da Itália no Cairo e Alexandria recrutaram entre os compatriotas condecorados do árabe, o pessoal do serviço de segurança pública que será enviado para a Tripolitania. A *Tribuna* demonstra que a acusação da Turquia contra os italianos, alegando que eles empregaram balas dun-dun é uma pueril mistificação. Telegrama de Londres diz: o correspondente do *Central News* junto no quartel general das forças turcas em Dehibat telegrafa que a batalha travada perto de Ain-Zara terminou com uma grande vitória para os turcos. Os italianos deixaram 500 homens mortos no campo de batalha; os feridos também foram muitos". São dadas notícias sobre combates em diferentes locais como em Kloms, Derna, Tobruk, Benghazi etc. Os italianos "nos principais pontos dos oasis as tropas preparam árvores de natal, entrelaçando, frente a falta de pinheiros, palmas. Os napolitanos construíram presépios para as comemorações no natal".

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

15-03-1912 “Atentado contra o rei da Itália. Um jovem desfecha vários tiros de revólver contra o rei da Itália Victor Emamanuel, que sai incólume do atentado. Pormenores sobre o crime”. O atentado foi cometido por um jovem anarquista de 21 anos. O jornal reproduz o telegrama do presidente do Brasil Marechal Hermes da Fonseca que transmite felicitações pelo rei e pela rainha saírem ilesos do atentado ressalta: “a conservação da preciosa vida do augusto soberano da nação italiana, que tantos laços tem aqui, é motivo de verdadeiro júbilo para o Brasil”.

“Guerra Ítalo-turca. Operações navais. Roma, 15. Apesar dos desmentidos a respeito da presença da esquadra italiana no mar Egeu, insiste-se em afirmar estarem eminentes as operações bélicas da referida esquadra naquelas águas. A afirmação é corroborada por telegramas de Constantinopla, afirmindo que numerosos navios inimigos cruzam as águas do mar Egeu”.

“Paris, 14 (a noite). Telegramas publicados por jornais de Londres e Berlim anunciam que navios italianos cruzam em frente a Salonica, receiendo-se que haja iminente um ataque a este porto. A Turquia prepara ativamente um ataque as nossas defesas retirando-se a população para o interior, aterrorizada. Os Dardanellos acham-se completamente minados. A Turquia participou oficialmente a colocação de minas no estreito de Dardanellos tendo já a *Foreign Office* transmitido esta participação a todas as companhias inglesas, cujos vapores navegam naquelas águas. Apesar de esperado, esta notícia causou enorme sensação, aguardando-se com ansiedade os telegramas do teatro dos acontecimentos”.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

19-03-1912 “Itália-Turquia. Recentes telegramas enviados de Roma, referem, sobre a morte do almirante Aubry, chefe da esquadra em ação contra a Turquia. Toda a Itália neste momento deplora a morte do comandante em chefe de sua esquadra”. Aubry estava doente e faleceu a bordo do couraçado Vittório Emmanuelle não conseguindo o almirante “pessoalmente, executar, o seu grandioso plano, concernente a campanha em que se acha a Itália”. O almirante Faravelli o substituirá.

21-03-1912 Itália-Turquia. O balanço da guerra. É reproduzida a versão militar de um italiano. “Falarei a cerca do trabalho dos nossos diplomatas e da ação dos astutos diplomatas turcos, fazendo destes meses de guerra uma simples cronística que va-lha pelo menos para fixar as faustosas e infastas à Itália e aos italianos e dos heroísmos praticados em nome da Itália pela nossa vicejante humanidade, preparada para combater com uma organização militar, que a Alemanha mesmo inveja. De 3 de outubro - data do primeiro bombardeio de Trípoli - a 21 do mesmo mês - data da ocupação de Homs - as veias dos nossos soldados que compunham o corpo expedicionário foram percorridas por um fremito de impaciência. O mundo inteiro representado por uma pleia de jornalistas - menos algumas desprezáveis excessões - esplava-lhes os movimentos e aguçava os seus olhares sobre eles, como se para excitá-los a luta. Mas, de excitamentos externos não precisavam, animados como estavam da febre bélica, que assalta cada soldado, apenas sendo as narinas impregnadas do acre, mas inebriante cheiro de pólvora. E quando o corpo de ocupação com um ímpeto e uma audácia incríveis, pôs o

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

pé vitorioso na costa e a percorreu toda, de Trípoli a Tobruk, toda a Europa civil soltou um grito de admiração pela obra dos soldadinhos da Itália e dos bons marinheiros da poderosa esquadra. E assistiu - cada vez se admirando da audácia e armada (...) um milagre da precisão militar e de sabedoria política; assistiu a resistência feroz, a Batalha de Bengasi, a manobra de desembarque sob o fogo e quatro ataques inimigos repelidos vitoriosamente. E tudo isso em dezoito dias apenas. Este período foi seguido de outro, bem diversamente importante que vai de 21 de outubro a 26 de novembro, isto é, da infame emboscada de Sciara Sciat e de Henni a retomada destas posições. Este período forneceu matéria aos críticos das dúzias para publicarem as maiores dislates acerca dos nossos soldados e dos oficiais que os comandam. Admiram-se, sem razões evidentes, de que em cinquenta e três dias de ocupação não houvessem os nossos dado mais que poucos passos além da costa. Mas, quando a 4 de dezembro uma parte do corpo saiu das trincheiras e correu a ocupar Ain Zara, começando assim o seu avanço para o interior, parte destes críticos emudeceu, e dos jornais franceses partiram, contrariamente ao que sucedia, coros de admiração. De 31 de outubro a 12 de novembro o corpo de ocupação recomeçou vitoriosamente os ataques contra os bandos turcos árabes. [vários outros combates levaram a vitórias italianas como são descritos pelo cronista]. Em conclusão: todos estes reconhecimentos - perguntam os técnicos e logicistas de meia tigela - tendem a preparar o caminho a uma avançada mais decisiva para o sul? Não se pode afirmá-lo com segurança. O que se sabe é que o exército de ocupação operou, nestes três meses,

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

verdadeiros milagres de abnegação e de heroísmo de depoem a favor dos preparadores e organizadores da empresa tripolitana, a qual certamente se resolverá pelo triunfo pleno do nosso direito, selando gloriosamente a conquista completa das terras que já viram as legiões romanas fecundadoras da civilização. Vitaliano Rotellini [Roma 1865-1930, jornalista italiano radicado no Brasil editor do periódico Fanfulla].

09-04-1912 Itália-Turquia. Londres, 9. O *Morning Post* publica um telegrama de Malta, mencionando que os italianos enviaram uma grande expedição militar, que vai ocupar Zuara com o intuito de impedir a passagem de contrabando de guerra para os turcos.

18-04-1912 “Londres, 18. O correspondente do *Times* em Constantinopla em telegrama para o seu jornal, assegura ter o conselho de ministros otomano preparado a resposta a dar as potências, na qual recusa a mediação oferecida para um acordo com a Itália até que uma nação anule o Decreto de anexação”.

04-05-1912 “O Caso de Dardanellos. Bombardeio. Grande combate. Paris, 4. É crença geral que o movimento diplomático para conseguir o armistício parcial para Dardanellos nada conseguirá”. Considerava-se que as forças italianas tentariam um avanço geral. Os dirigíveis P2 e P3 faziam reconhecimentos essenciais do terreno. Acampamentos turcos haviam sido bombardeados pelos dirigíveis “respondendo ao fogo a artilharia e a infantaria sem causar dano algum as aeronaves”.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

25-05-1912 “Italianos expulsos. Nápoles, 25. Desembarcaram duzentos e trinta italianos expulsos de Smyrna. A população fez-lhes entusiástica recepção, cumulando-os de atenções. Aderiram as autoridades”.

03-06-1912 “Itália-Turquia. Roma, 2”. Seria mentiroso um telegrama emitido em Tunis afirmando da derrota italiana em Buchamez. Os italianos é que teriam obrigado os turcos a fugirem os quais tiveram grandes perdas humanas.

08-08-1912 Destaque para a tomada pelos turcos de Labde na Tripolitania (em 3 de julho). Os italianos fizeram grandes trincheiras neste local e “ofereceram desesperada resistência” mas foram atacados pelos turcos que provocaram pesadas perdas para os italianos: 17 oficiais e mais de mil combatentes italianos foram mortos. Os turcos tiveram mais de 300 baixas. Nesta mesma edição se destacou que o governo otomano condecorou com uma medalha de ouro a dama turca Fatmés que em combate, ao ver o seu esposo cair ferido, tomou o lugar dele em combate e também acabou sendo ferida.

10-08-1912 É discutido um artigo de Gabriel D'Annunzio publicado no *New York Herald* (edição parisiense) censurando a atitude da Inglaterra que com sua política procura prejudicar a Itália (devido a ambições territoriais no Mediterrâneo). Desta forma afasta a França e a Rússia de um apoio aos italianos na guerra contra a Turquia.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

13-08-1912 Em Derne, no dia 25 de julho ocorreram combates entre italianos e turcos. A cidade caiu em poder dos turcos após sete horas de combate. Os italianos tiveram 2.250 baixas e os turcos 700. Na localidade de Hodeida as forças italianas realizaram bombardeios que levaram a explosão da munição e artilharia turca. “Telegrafaram de Genebra para o *Excelsior* de Paris, que notáveis políticos turcos e italianos, confabulam sobre os meios necessários para a celebração da paz”.

20-08-1912 “Londres 19. - Nos centros oficiosos, assegura-se que é absolutamente destituída de fundamento a notícia, ontem recebida naquela capital, de estar concluída a paz entre a Itália e a Turquia”.

28-08-1912 Concentração de forças montenegrinas na fronteira da Turquia.

05-09-1912 Negociações de paz caminham com solução satisfatória.

10-09-1912 Batalhões revoltados. Sete batalhões turcos se revoltaram nas margens de Dardanelos. O governo turco mandou tropas para sufocar o movimento.

11-09-1912 Foram suspensas as negociações para a paz entre a Itália e a Turquia. Intensos combates em Sidi-Sahid, Mermlet e Misurata com centenas de mortos.

13-09-1912 Paz Ítalo-turca. Berlim, 11. Matéria trata das negociações privadas de paz. As condições preliminares eram: “cessação dos ataques da esquadra

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

italiana as ilhas turcas e as costas da Turquia; limitação das operações das forças italianas as regiões circunscritas no território da Líbia; retirada progressiva, sob a proteção da Alemanha, dos súditos italianos expulsos da Turquia”.

14-09-1912 “Itália-Turquia. A paz. Constantinopla, 12. Anuncia-se que os governos da Turquia e Itália chegaram a um acordo a respeito da permuta de prisioneiros não combatentes”.

18-09-1912 “Constantinopla, 16. Despachos de Scutari noticiam que revoltaram-se novamente os navios Malissori e Merdites ignorando por enquanto as razões do levantamento”.

21-09-1912 “Foram suspensas as negociações entabolidas para a paz entre a Itália e a Turquia. Esta suspensão foi motivada por certas questões suscitadas pela primeira destas potências”. Segue informes de confrontos militares.

07-10-1912 Aumenta a tensão balcânica e nas ruas de Constantinopla o povo pede a declaração de guerra contro os quatro países coligados (Montenegro, Sérvia, Grécia e Bulgária). Os sérvios teriam invadido a Turquia e a Bulgária estaria massacrando muçulmanos. “Paz Iminente. Berlim, 7. Toda a imprensa desta capital, dirigiu saudações a Itália e a Turquia, pela celebração da paz, que se acha iminente”.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

09-10-1912 Declaração de guerra de Montenegro a Turquia. Batalhões turcos atacados nas proximidades de Fuzi.

11-10-1912 Crônica do jornal discute a questão balcânica relacionada com o ataque da Itália contra a Turquia. Os países balcânicos aproveitaram o desgaste turco para avançar sobre territórios em litígio. Porém, frente ao efetivo de mais de 200.000 militares e a superioridade no armamento, o cronista acredita que a Turquia teria vantagens num conflito. Antevendo um grande conflito mundial se reproduz a informação: "La Nacion, de Buenos Aires, tratando da questão balcânica, diz que um conflito nas condições atuais teria consequências graves, pondo em perigo a paz europeia".

13-10-1912 A Guerra Ítalo-turca - últimas notícias. Combates em Derne no dia 25 de julho garantiram o controle da cidade para as forças turcas. 2250 italianos ficaram fora de combate após o renhido combate. Telegrama de Genebra para o Excelsior de Paris, informa que notáveis políticos turcos e italianos confabulam sobre os meios necessários para a celebração de paz. Telegrama de Roma informa do bombardeio pesado em Massahua com grandes perdas de artilharia para os turcos.

14-10-1912 A questão balcânica. A declaração de guerra pelo Reino de Montenegro. A escalada do conflito merece atenção redobrada do jornal que considera "incontestável que a Bulgária e a Sérvia, mantendo a sua aliança com Montenegro, não se demorarão em romper também as hostilidades contra o império otomano".

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

15-10-1912 O periódico sugere a organização de um tratado secreto entre os quatro países para atacar a Turquia. Potências que desejam o conflito nos Balcãs estariam contribuindo para desencadear os horrores provocados pelas guerras. Conforme algumas fontes os turcos eram militarmente no nível dos melhores combatentes do mundo: "o soldado turco é instruído, disciplinado, magnificamente armado a moderna e seus chefes são oficiais cujo preparo e tino guerreiro honrariam qualquer exército do mundo". A lógica seria os seus inimigos acabarem aniquilados. Porém, os fatos foram outros.

17-10-1912 "Constantinopla. Foram assinadas, ontem, às 6 horas da tarde, em Onchy, os preliminares da paz entre a Itália e a Turquia".

21-10-1912 "Paz Ítalo-Turca. Roma 21, Sábado foi assinado definitivamente o tratado de paz entre a Itália e a Turquia". Vários telegramas com notícias sobre "a conflagração geral dos Balcãs" com a movimentação militar entre Turquia, Montenegro, Grécia, Sérvia e Bulgária.

23-10-1912 O enfoque modificou-se após a assinatura do Tratado de Lausanne ou Tratado de Ouchy, no dia 18 de outubro de 1912, estabelecendo a paz entre o Reino da Itália e o Império Otomano com a cedência da Tripolitânia e Cirenaica para a Itália. O que ocorre é uma continuidade das tensões num enfoque ligado ao conflito nos Balcãs. Esta matéria é elucidativa de que o enfrentamento poderia levar a um conflito que

arrastasse parte da Europa para a guerra: “Pelo que se depreende da leitura dos telegramas que nos chegam da Europa, as potências continuam a fingir que desejam a paz e que o cheiro de pólvora as incomoda, com dia A Imprensa do Rio (...) a diplomacia continua afirmado que deseja a paz mas entre Montenegro e outras nações existe um tratado secreto para a realização da guerra. Se outros motivos não tivessemos para acreditar que são precisamente as potências que desejam o conflito dos Balcãs, bastar-nos-ia este informe para concluirmos que a guerra, com todos os seus horrores, desde a pilhagem dos simples rebanhos até ao morticínio de indefesos velhos e crianças, com a violação de mulheres e o desbaratamento do lar, se travaria no oriente europeu, ameaçando alastrar-se por todo o velho mundo, em pleno século XX, após o século denominado da paz, e quando o pensamento humano parecia preocupar-se com os mais belos problemas científicos, exatamente como outrora, quando o homem saído das cavernas batia o outro homem, se fosse uma fera prestes a atacar-lhe o redil. Posto que as potências se dêm pressa em afirmar, e é nisso que consiste o nosso principal receio, que suceda o que suceder, não consentirão em qualquer modificação no mapa dos Balcãs, nós não esquecemos que por ocasião da conferência de Algeciras, todas as nações europeias declararam desejar a autonomia do Marrocos, que agora se encontra completamente ocupado pelos soldados franceses. Quem sabe mesmo se esta declaração de *stato quo ante* não é ja preparar o terreno para uma intervenção num futuro muito próximo, em recompensa da qual, cada potência exigirá o seu quinhão do bolo”.

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

Considerações

O *Intransigente* tem quatro páginas em formato *standard* e as páginas três e quatro são dedicadas aos anúncios. Matérias sobre a guerra são vinculadas na página de capa (notícias de maior destaque) e/ou na página dois (colunas). Foram pesquisados os exemplares entre setembro de 1911 a outubro de 1912 existentes no acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O periódico dedicou um consistente espaço a Guerra Ítalo-Turca evidenciando a apreensão frente ao crescimento de hostilidades que pudessem levar a derrocada do equilíbrio diplomático-militar na Europa e a eclosão de um conflito de grande dimensão que impactaria a economia mundial. Reproduz muitas informações sobre os episódios militares e as discussões diplomáticas. Atos de heroísmo de ambos os lados são enfatizados. Assim como as cenas de covardia e brutalidade.

A dependência comercial com países europeus aguçou o acompanhamento jornalístico sobre os sentidos do conflito e das possibilidades de um tratado de paz que trouxesse o equilíbrio na região dos Balcãs. O *Intransigente* utilizou várias fontes jornalísticas em especial o *Jornal do Comércio* (RJ) o qual foi o mais reproduzido e se caracterizou por uma suposta neutralidade discursiva e por possuir correspondentes em países de maior destaque mundial. São reproduzidas matérias de várias fontes: *Times*, *Dayli Mirror*, *Giorgale d'Itália*, *Daily Telegraph*, *A Tribuna*, *Central News*, *Corrieri D'Itália*, *Morning Post*, *Excelsior* (Paris), *New York Herald* (edição parisiense) e *La Nacion*.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES, JOSÉ VANDERLEI
BORBA E LUIZ HENRIQUE TORRES

A reprodução de telegramas com notícias foi um recurso muito utilizado tendo por procedência Londres, Roma, Constantinopla, Trípoli, Berlim, Paris, Rio de Janeiro etc.

Não é explícita a postura de *O Intransigente* em direção a ser favorável a um dos lados em confronto. Fica evidente que trata-se de um conflito “indesejado” pelas consequências que pode trazer e pelas perdas econômicas que poderão acarretar na esfera mundial. A pacificação do conflito e o uso de diplomacia é o cenário que com insistência o periódico persegue. Como é uma cobertura jornalística longa, durante um ano, tem várias faces e enfoques ao longo do tempo: se observa a reprodução de notícias de fontes italianas com uma dimensão mais de heroicidade e triunfo militar da Itália ou até a publicação de artigo de opinião em defesa da ação militar deste país; inúmeras outras matérias são fundadas na visão do jornalismo inglês de crítica a violência praticada pelas tropas italianas e por expor as inúmeras derrotas sofridas por suas tropas. Um discurso de defesa dos árabes não belicosos e da tenaz resistência turca se fez presente em várias matérias. Os combates em Trípoli -quando surgem as notícias das execuções e brutalidades cometidas pelos italianos- é um ponto de divisão entre o discurso da heroicidade dos italianos e sobre qual era o projeto civilizatório que eles tinham a estabelecer na Tripolitânia.

Com o final do conflito, as matérias que se seguem no mês de outubro de 1912, não trazem um alívio bélico, pois, a tensão política na região segue crescendo. Já se dá ênfase a ação militar da Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia contra a Turquia. A Questão Balcânica está se ampliando e o temor já suscitado no periódico se

TRÊS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO GRANDE

efetivará em 1914: a eclosão da *Primeira Grande Guerra Mundial*. E para isto, a *Primeira Guerra Balcânica* foi uma etapa essencial. Aflora a ansiedade de que a Belle Époque (1870-1914) na esfera do equilíbrio diplomático europeu estava naufragando e tempos funestos se aproximavam encerrando a Era da resolução pacífica e esgotamento das negociações frente à corrida imperialista e os conflitos étnico-culturais.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
2020-2025

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786553 060050

ISBN: 978-65-5306-005-0